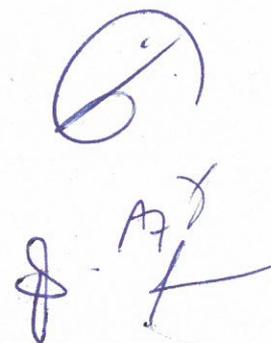


**ATA**

**N.º 06/2019**

**SESSÃO ORDINÁRIA  
DA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE**

Realizada em  
30 de setembro de 2019

Handwritten signature and initials in blue ink, located in the bottom right corner of the page. The signature appears to be a stylized 'S' or 'B' with a horizontal line through it, and the initials 'A. J.' are written below it.

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE,  
REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2019:**

---Aos trinta dias do mês de setembro do ano dois mil e dezanove, nesta cidade de Esposende e no Fórum Municipal Rodrigues Sampaio, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Esposende, expressamente convocada para o efeito, sob a presidência de José Agostinho Veloso da Silva, na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal.-----

---A reunião da presente sessão foi secretariada pelos Primeiro e Segundo Secretários da Mesa, respetivamente, António José Pereira Morgado e Maria Goreti Cardoso Lima.-----

---Para além dos membros da Mesa, encontravam-se presentes os seguintes membros: -----

Manuel Albino Penteado Neiva,  
João Eduardo Loureiro Faria, em substituição de Jaqueline Casado Afonso Areias  
Sandra Nair Teixeira de Sá Bernardino,  
Tiço Alfredo Evangelista e Sá,  
Luciana Brochado Azevedo,  
Luzia Morgado Domingues Cavalheiro, em substituição de Maria Alexandra Campos Esteves Faria de Vilar,  
João Vítor Faria Couto, em substituição de Manuel Miranda Losa,  
Fernando Manuel da Silva Carvalho,  
Anabela Solinho Martins,  
Manuel Fernando Lima de Meira Torres,  
Carlos Jorge Vicente Capitão,  
Manuel Fernando Morgado Carvoeiro, em substituição de Manuel José Cepa Pires Carneiro,  
Baltasar Almeida Costa,  
José Manuel Cruz Silva,  
José Maria Losa Esteves,  
Elisabete Ferreira Martins Santos,  
Tânia Sofia Lima Mota,  
Carla Alexandra Sá Pereira Morais Miquelino,  
Manuel José Sampaio Viana,  
Manuel António Lima Torres Ribeiro,  
Eduardo Oliveira Maia,  
Mário Pires de Boaventura,  
Luís António Sequeira Peixoto,  
Manuel Eiras Martins de Abreu,  
Aurélio Mariz Neiva,  
José Joaquim da Venda Dias, em substituição de Carlos Veiga Escrivães, e  
Mário Ferreira Fernandes.

---Sendo 18 horas e 20 minutos, verificando-se a existência de “quórum” para o funcionamento da Assembleia, pelo Presidente da Mesa foi declarada aberta a sessão, encontrando-se presente o Presidente da Câmara Municipal, António Benjamim da Costa Pereira, em representação desta, bem como dos Vereadores:

Alexandra Suzana Abreu de Faria Carvalho Roeger,  
António Sérgio Moreira Mano,  
Rui Manuel Martins Pereira, e  
António Manuel da Cruz Azevedo Abreu.-----

Verificando-se a ausência da Vereadora Maria Angélica Barros Tomé da Cruz, por se encontrar em período de gozo de férias.-----

**01 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: \_\_\_\_\_**

**01.01 - APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM 27 DE JUNHO DE 2019 - PROPOSTA DE APROVAÇÃO.-----**

Foi presente a ata da sessão deste órgão, realizada no passado dia vinte e sete de junho de 2019 e cuja cópia foi distribuída por todos os seus elementos: -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATA DA SESSÃO REALIZADA EM 27 DE JUNHO DE 2019.-----

Não participaram na votação os senhores deputados municipais João Eduardo Loureiro Faria, Luzia Morgado Domingues Cavalheiro, João Vítor Faria Couto, Carlos Jorge Vicente Capitão, Manuel Fernando Morgado Carvoeiro, Tânia Sofia Lima Mota e José Joaquim da Venda Dias, ao abrigo do impedimento legal previsto no nº 3 do artigo 34º do CPA, por não terem estado presentes na sessão de 27 de junho de 2019.-----

**01.02 – CORRESPONDÊNCIA DIVERSA – PARA CONHECIMENTO. -----**

Foi dado conhecimento, pelo Presidente da Mesa, da correspondência recebida, tendo neste momento referido que a mesma foi distribuída por todos os membros da Assembleia Municipal.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO. -----

**01.03 – INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS MUNICIPAIS E DOS SENHORES PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA. \_\_\_\_\_**

Interveio o Sr. Deputado Municipal, Penteadó Neiva, do Grupo Político do PPD/PSD, começando por apresentar dois votos de pesar, subscritos por todos os Grupos Políticos e que se transcrevem:

**1 – VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DA DR.ª PAULA CRISTINA CALAFATE LEITES.**

*“Foi com profunda consternação que recebemos a notícia da morte, em 15 de Julho de 2019, de uma funcionária, no activo, da Câmara Municipal de Esposende. Sendo invisual, nunca se deixou intimidar por essa deficiência, sempre com um sorriso rasgado, e lutando contra muitas adversidades. Para além do seu desempenho exemplar como funcionária, era bem querida por todos os colegas de trabalho. A Dr. Paula Cristina Calafate Leites, natural de Fão, preocupava-se com questões da integração na sociedade dos portadores de deficiência e era, constantemente, chamada a desenvolver acções de esclarecimento sobre inclusão, com o seu testemunho pessoal, a pedido de escolas e museus. Assim, esta Assembleia, na sua reunião de hoje, 30 de Setembro de 2019, deliberou aprovar um Voto de Pesar pelo seu falecimento e que desta deliberação seja dado conhecimento à digníssima Família.”*-----

## **2 – VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO ENG. PAULO MARIA AZEVEDO DA COSTA LEME.**

*“Foi com profunda consternação que recebemos a notícia da morte, em 19 de Julho de 2019, do Eng. Agrónomo Paulo Maria Azevedo da Costa Leme. Durante a sua vida profissional desenvolveu importantes acções de promoção do concelho de Esposende através dos Vinhos de Quinta, mormente dos produzidos na Quinta de S. Cláudio. Sempre disponível para colaborar com as iniciativas do município nesta área, o Eng. Paulo Costa Leme viria a perder a vida em acidente de trabalho. Para além da sua actividade agrícola, deixava tempo para se dedicar à actividade literária, tendo publicado uma série de obras na área de ficção e do ensaio. Assim, esta Assembleia, na sua reunião de hoje, 30 de Setembro de 2019, deliberou aprovar um Voto de Pesar pelo seu falecimento e que desta deliberação seja dado conhecimento à digníssima Família.”*-----

De seguida fez a intervenção política que se transcreve:

*“Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Esposende  
Ex.mo Senhor Presidente da Câmara  
Senhoras e Senhores Vereadores  
Senhoras e Senhores Deputados Municipais*

*Com as eleições à porta é espectável que o calor político mexa connosco e nos alente para discutir tudo, pôr em causa tudo, até mesmo alinhar com os maiores disparates. Tudo isto a propósito de alguns textos que vieram a público e alguns outdoors disparatados – até do meu partido, pese embora tenha havido por parte da empresa encarregada de os colocar uma assunção de culpa nessa matéria.*

*Fiquei boquiaberto, até mesmo confuso, ao ver alguns desses painéis colocados, agora, em algumas freguesias do nosso concelho. Em comunicado pede-se a rápida desagregação das freguesias e, imaginem, quem o pede é o próprio Partido Socialista! Vem agora lutar por isso quando tiveram quatro anos de governo com maioria parlamentar e nada fizeram, quando o tinham prometido no seu programa eleitoral de há quatro anos que iriam reverter a reforma de 2013 e que iriam corrigir aquilo que foi feito “a régua e esquadro”. Mas pior, o PS de Esposende sabe, penso eu, que esta Assembleia sempre foi, por unanimidade, contra esta*

*agregação. Já neste mandato abordamos este assunto por mais que uma vez, e, por isso, é pena, só agora, vésperas de eleições, o PS concelhio acordar para este tema que é tão caro a todos nós. Mas não é só este exemplo que nos deixa atónitos. Em recente comunicado o PS demonstra, mais uma vez, que continua confuso, e isso é mau, para todos nós, quanto à alteração do Regulamento do PDM. Confunde conceitos, confunde Alteração com Revisão e procura lançar dúvidas na população concelhia. O Partido Socialista sabe muito bem, ou deveria saber, as diferenças entre uma coisa e outra e se, por ventura, pretende unicamente alimentar a vontade de dizer mal ou denegrir a Câmara Municipal, poderá fazê-lo usando estratégias que não prejudiquem o concelho e os seus munícipes. Mas já que falamos de eternas confusões do PS concelhio, agora falando do saneamento em alguns lugares de Marinhãs, de tanto agrado e que tanto beneficiará os residentes desses lugares, gostaria de perguntar ao Partido Socialista se estão, de todo, de acordo contra aquele melhoramento e, já agora, qual a melhor altura de se fazer uma obra destas. Esta pergunta justifica-se pelo facto de num comunicado se terem insurgido contra ela e, pasme-se, alertam que no Inverno há lamaçal e no Verão há muito pó. Sr. Presidente o melhor é, num próximo concurso limitar as obras à Primavera e ao Outono.*

*Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Esposende  
Ex.mo Senhor Presidente da Câmara  
Senhoras e Senhores Vereadores  
Senhoras e Senhores Deputados Municipais*

*Como dizia no início as eleições estão à porta. A campanha está a decorrer. Mais do que fazer promessas vãs, mais do que assistir a arrufos "geringonçianos", mais do que tentar dizer que está tudo bem nas finanças, na saúde, no ensino, na justiça, mais do que insistir que "agora é que está a dar", e que Portugal tem uma saúde financeira invejável, que os impostos, afinal, não subiram, procuremos apelar à consciência cívica no sentido da importância do voto e que as próximas eleições sejam exemplo da nossa maturidade democrática."-----*

Intervenção de seguida o Sr. Deputado Municipal, Tito Evangelista do Grupo Político do PS, nos seguintes termos:

*"Muito boa tarde Senhor Presidente, eu queria antes de iniciar a minha intervenção política, apresentar um voto de louvor com o seguinte teor:*

### **3 – VOTO DE LOUVOR A JONAS VILAR.**

*"O Grupo do Partido Socialista propõe a aprovação de um voto de louvor a Jonas Vilar (Joninhas) por se ter sagrado vice-campeão numa competição de karaté de nível mundial com mais de uma dezena de países, ocorrida na Malásia, no presente mês de setembro."-----*

*Passando à intervenção política, gostava de iniciar pelo seguinte: eu recebi e julgo que mais gente recebeu, uma carta aberta do Dr. Rui Agonia Pereira, na qual tece fortes críticas e acusações à Câmara Municipal pela não resolução do arranjo de um caminho no Lugar de Pedrinhas que confina com a moradia do Dr. Rui Agonia Pereira. Essa carta foi para todos, julgo que também foi para o Dr. Albino Neiva, para os da oposição sei que veio e, portanto,*

*gostaria de explicações sobre esse assunto.*

*Gostava de saber também por que razão é que uma instituição, uma associação, que diz que está registada cá em Esposende, fez o registo da marca, ou da expressão, ou do slogan a seu favor, "Esposende um privilégio da natureza", quando é uma marca que Esposende usa como referência ao longo de décadas e que, aparece, segundo dizem, uma associação a reivindicar essa situação. Gostava que o senhor Presidente da Câmara nos explicasse o que é que se passa, o que é que se passou e o que é que originou essa infeliz situação, a ser verdade, porque me custa a crer e se foi feito isso, se a Câmara Municipal tomou alguma iniciativa judicial, se impugnou, o que é que pensa fazer, o que é que fez, se falou com a associação em causa que diz que não se importa de a transferir para a Câmara Municipal, gostava que me dissessem o que é que se passa.*

*Depois, gostava também que, e pegando neste termo "Esposende um privilégio da natureza" e se fosse não apenas um slogan, mas fosse uma realidade e que as pessoas e principalmente os responsáveis autárquicos tivessem cuidado nas atividades que desempenham e que desenvolvem ao estarem ali a fazer obras na foz do Cávado, na zona onde os pássaros ou as aves nidificavam e os peixes, como é que o ambiente permitiu, ou permite uma situação daquelas que é à "pazada" com uma retroescavadora, se não é a Câmara que está a fazer, o que é que a Câmara fez para se opor e como é que a Câmara reagiu a isso? O que é certo é que os Esposendenses não têm explicações para tamanhas alterações que vão contra tudo aquilo que se apregoou durante dezenas de anos, relativamente à proteção do ambiente e à proteção do Cávado.*

*Gostava também que nos fosse explicado por que razão é que, na estrada que liga Fonte Boa a Vila Seca em Rio Tinto, um muro desabou. É uma estrada que foi desafetada, que pertence ao Município, está ali um perigo muito grande, já passou mais de um mês e a Câmara não fez nada, estão à espera que aconteça alguma tragédia para depois virem agir.*

*Também gostava de saber o que é que a Câmara está a fazer relativamente ao desassoreamento do Cávado que quase não se pode passar. Aliás eu achei curioso que houve uma iniciativa que se chamava "Esposende smart city" e que foi lançada com pompa e circunstância no Forte S. João. Só que, o Forte S. João que foi cedido pelo Estado à Câmara e isso é uma questão que o Estado tem que rever futuramente, quando ceder edifícios às autarquias, que devem ser cedidos mas para ter um fim útil, não é para serem entaipados, estarem há mais de um ano sem saberem o que se lá vai fazer e agora estarem entaipados com painéis pretos, com um estado de degradação absoluto e fazem lá uma iniciativa chamada "Esposende smart city", mas que certamente se destina a burros, porque nós olhamos para o rio e o rio está completamente assoreado e não vejo iniciativa nenhuma da Câmara, nem nenhuma pressão quer para que se arranje a barra, quer para que se reponha a restinga e muito menos para que se desassoreie o rio. Isso é que, sim senhor, aí é que deviam estar as iniciativas todas e nós até participaríamos em todas as iniciativas que fossem no sentido de pressionar a dragagem do rio Cávado que é fundamental. Esse é que é o verdadeiro canal de desagendamento das águas ao longo de centenas, ou milhares de anos, não é o rego que andam a fazer para aí, à volta de Esposende, que custa milhões e que vai ter resultados que ainda estão por provar.*

*Quanto às questões que o meu colega de Assembleia e amigo Dr. Neiva colocou aqui. Óh Sr. Dr. Neiva, eu fico feliz! Fico feliz, pelo Sr. Dr. Neiva e o PSD de Esposende estarem tão preocupados com as iniciativas do PS local, é sinal que eu estou a fazer bem o meu trabalho e é sinal também que, quanto à questão da desagregação das freguesias, nós não temos, nem*

*queremos ter o exclusivo da luta pela desagregação das freguesias e se o Sr. Dr. está tão preocupado com os nossos cartazes, ponha cartazes do PSD a pedir o mesmo. O que é importante é que todos façamos pressão nos locais próprios, para que a desagregação aconteça, não é andarem a dizer que o PS esteve lá quatro anos e não fez nada. O PS fez, não sei se o Dr. Sabe. Há uma iniciativa legislativa em curso na Assembleia da República que está a fazer o seu caminho, no sentido de haver a aprovação de uma lei que autorize a desagregação de freguesias em termos a definir, e está feita uma consulta inclusivamente à Associação de Municípios e à Associação Nacional de Freguesias, foram consultadas e deram o seu parecer, tudo isso é um processo legislativo que demora tempo. Agora, o Sr. Dr. não deve estar contra o PS não ter desagregado, o Sr. Dr. deve estar contra o PSD de as ter agregado, o Sr. Dr. devia era estar contra o seu partido, que foi quem aprovou aquilo, inclusivamente o Sr. Presidente desta Assembleia na altura, votou a favor da agregação, que era o Eng.º Couto dos Santos. O Sr. Dr. agora vem falar nisto, mas esquece-se que o Presidente da Assembleia Municipal de Esposende, que era o Eng.º Couto dos Santos, que representa o povo do concelho, votou a favor disso e agora está contra o PS, esteja contra os seus, o Sr. não pode estar contra os outros e os da sua casa, os do seu partido, vá reclamar com o Eng.º Couto dos Santos, que é do concelho de Esposende, é de Forjães e votou a favor da agregação. É verdade que na freguesia dele não se mexeu, mas mexeu-se na dos outros, porque isto como se costuma dizer, pimenta num certo sítio... não custa nada.*

*Quanto à questão da confusão entre os conceitos de alteração e revisão, isso são coisas de pormenor, mas há uma coisa que eu lhe garanto, é que o PS de Esposende não confunde o regular com o irregular, não confunde legalidade com ilegalidade e não confunde transparência e equidade, com factos políticos, isso é que não confunde. A questão da alteração, da revisão, isso é importante em termos formais, mas o que é importante é substantivo, e o que é substantivo é que nós não estaremos ao lado de nenhuma alteração, de nenhuma revisão, de nada que mexa com o PDM do concelho que seja para limpar as culpas do passado, para defender o vosso couro e andar a legalizar e a limpar as ilegalidades que cometeram.*

*Para terminar, quanto à questão do saneamento de Marinhas, olhe Sr. Dr., o Sr. Dr. vá ver qual é o prazo de execução da obra. Se a obra fosse executada no prazo contratado não havia nem lama, nem poeira, o problema é que a obra já devia estar concluída há mais de um ano e ainda está por executar e hoje já podia estar acabada.*

*O que aqui aconteceu é que veio cá o representante da associação de pais das Escolas Rodrigues Sampaio, a que aquela escola pertence, mas nós falamos de Outeiro e Pinhote, mas olhe que na Abelheira está igual, há mais problemas, não é só ali. Anda lá uma maquina e as obras arrastam-se porque não se cumprem os prazos e é incompetência da Câmara que adjudica obras a empreiteiros que sabe que depois não vão cumprir. Que inclusivamente volta a contratar, com empreiteiros que não cumpriram antes e mesmo assim voltam a dar-lhes os contratos de execução de obras.*

*E portanto, o Sr. Dr. e meu amigo, Dr. Neiva, não leve a mal sabe como eu sou, sou advogado de barra e portanto, às vezes tenho um certo calor nas veias, mas há uma coisa que lhe queria dizer, é que, o PS está a cumprir o seu papel, o PS de Esposende está bem, recomenda-se e vamos ver se nas próximas eleições vamos ter aqui muito mais PS e muito menos PSD, para que Esposende ande melhor. Obrigado!"*

Intervenção de seguida a Sr.ª Deputada Municipal, Sandra Bernardino, do JPNT, tendo feito a

seguinte intervenção política:

*“Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal,  
Ex.mos Senhores Deputados Municipais,  
Ex.mo Senhor Presidente da Câmara,  
Ex.mos Senhores Vereadores,  
Minhas senhoras e meus senhores,*

*Senhor Presidente, a Câmara Municipal deliberou no dia 5 de maio de 2016 dar início ao processo de revisão do PUZIE, terminou a 25 de agosto de 2016 o prazo para apresentação à Câmara Municipal de sugestões e informações sobre a alteração desse plano. A alteração do Plano da Zona Industrial de Esposende, que contempla a ampliação da sua área de intervenção, prendia-se com a revisão do Plano Diretor Municipal, de 2015 que veio estabelecer uma área de atividades económicas que ultrapassa os limites do Plano de Urbanização. Na altura o Município alegava que, considerando que as áreas devem ser objeto de um planeamento mais pormenorizado, havia necessidade de alterar o Plano de Urbanização de modo a torná-lo mais operativo e a aumentar a eficácia. Dizia o Sr. Presidente que, o processo de alteração implicará uma suspensão do PUZIE por dois anos, dizendo ainda - um passo muito importante para o desenvolvimento do concelho - imagine-se o quão importante é que é!*

*O que era urgente facilmente deixou de o ser, o que era importante e estratégico, rapidamente passou a ser secundário. Porque será?*

*Nós percebemos e até conhecemos algumas das movimentações. Pois bem, já passaram mais de três anos, serão pormenores para alguns, coisas sem a mínima importância para outros, mas há alguns interessados.*

*Afinal Sr. Presidente, o que é que foi feito durante este tempo todo?*

*E agora pergunto, será que vai ser encomendado um estudo a um gabinete estratégico?*

*Portugal é cada vez mais um país de smart city, os projetos estão mais abrangentes e integrados em diferentes aspetos do dia-a-dia das cidades. Nada temos contra as smart city, existem por este país fora, muitos e bons exemplos que efetivamente contribuem para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. Esposende também terá aderido ao conceito de smart city, é o que dizem pelo menos, mas a este propósito perguntamos, a smart city em Esposende é um projeto para os Esposendenses ou para a DST?*

*É que, no meio deste alarido todo, o que vemos é a conta de instalação de redes com o custo de sessenta e um mil euros e a conta de uma tal ZET Gallery, que é também do grupo DST, com setenta e cinco mil euros, corrijo, setenta e quatro mil e novecentos, entenda-se. Afinal os setenta e quatro mil e novecentos são para fazer o quê em concreto?*

*Quanto custou verdadeiramente aquela peça escultórica junto ao farol?*

*No conceito smart city cabe um mundo de possibilidades, passa pelo uso da tecnologia para melhorar a infraestrutura urbana e tornar os centros urbanos mais eficientes e melhores para se viver. Por cá, temos um carregador elétrico de viaturas escondido na garagem da Câmara Municipal, quando a mobilidade sustentável está na ordem do dia, gastos de onze mil euros no grupo Cofina para promover os eventos de verão, quando temos plasmas nas juntas de freguesia que custaram milhares de euros e estão desligados e sem utilização, ou aplicações de telemóvel que custaram milhares de euros e são pouco ou nada utilizadas e ainda toneladas de cabos pendurados nos postes espalhados pelas freguesias, por coincidência instalados pela*



*empresa DST, sem qualquer regra, fiscalização ou controlo. Ainda por cima, sabendo-se que, os mesmos cabos são para alugar depois às empresas de telecomunicações que operam no mercado. No âmbito e conceito das smart city gostaríamos de ver medidas e ações que efetivamente tivessem impacto na vida das pessoas com redução de encargos e custos na mobilidade, na qualidade de vida dos moradores e turistas, e não medidas avulsas sem qualquer estratégia ou visão. Gastar cento e vinte mil euros para tapar vãos, portas e janelas no Forte S. João Batista, na Estação Rádio Naval de Apúlia e no Edifício Pérola na mesma freguesia, não nos parece ser uma medida de quem gere uma cidade inteligente.*

*Gastar mais de vinte e dois mil euros numa prestação de serviços de realização de mais um estudo de desenvolvimento económico para Esposende, com a empresa Strategy 21, também não é uma medida inteligente, pelo menos para os cofres da autarquia que estão cheios de dinheiro dos contribuintes. Até agora, Sr. Presidente, smart só mesmo a DST é a Strategy 21 e outras empresas que tenham levado de Esposende, milhares de euros sem frutos e impactos na vida dos Esposendenses.*

*Sr. Presidente sabemos que neste momento a obra na doca de pesca de Esposende já está numa fase final, tem estado tudo a correr de uma forma muito tranquila e sem contratempos. Por fora vai ficar tudo limpinho e bonitinho, pelo menos nos primeiros tempos.*

*E agora pergunto e por dentro como é que fica? Por dentro dos aprestos não está prevista qualquer intervenção, nem sequer uma pinturazita para fazer de conta?*

*Para além disso voltamos a perceber que a doca está novamente atolada com inertes e não está prevista qualquer dragagem pelo menos para já.*

*As estruturas de passadiço renovadas estão a ser colocadas no lodo, será esta uma obra apenas de embelezamento exterior para mostrar aos visitantes, esperamos que os nossos pescadores fiquem satisfeitos e que a obra tenha impacto positivo e de valorização junto da comunidade.*

*Sr. Presidente parece que finalmente vai arrancar a obra de adaptação do Centro de Negócios, mas o que se pergunta é, porquê tantos segredos com o prazo do contrato de arrendamento, com o custo de obras, com o âmbito de intervenção com o que lá vai ser instalado. Há cerca de três anos foi alugado um espaço por cinco anos a custar cinco mil euros no primeiro ano e cinco mil e quinhentos euros nos anos seguintes. Fruto da pressão política e do mau estar gerado junto da população, o contrato foi suspenso há uns meses atrás. Vai agora voltar a ser paga a renda e não se sabe por quantos mais anos a Câmara vai ocupar o espaço, o que se sabe é que as obras de adaptação vão custar quase duzentos e vinte mil euros, vai-se investir duzentos e vinte mil euros num espaço privado, sem se saber ao certo para utilizar durante quantos anos.*

*Partindo do princípio que o prazo vai ser alargado, pelo prazo em que o pagamento das rendas esteve suspenso, teremos uma ocupação de mais três anos do espaço. Dividindo o custo da intervenção pelos três anos e somando o valor das rendas, estaremos com um custo anual de cento e quarenta mil euros, o que dá um custo mensal de onze mil, seiscentos e onze euros.*

*Sr. Presidente olhe, nem no centro de Lisboa um espaço custa tanto.*

*Estamos, portanto, perante um negócio ruinoso, parece-nos. Um negócio que foi excelente para alguns, mas não para o município, senão vejamos: seiscentos mil euros na aquisição de um terreno na zona nascente da cidade, onde supostamente iria ser construído o Centro de Negócios, noventa e um mil e quinhentos euros para contratação por ajuste direto a uma empresa de consultoria para apoio ao desenvolvimento do projeto "Centro de Negócios". Noventa e três mil euros de pagamento de rendas de um espaço que nunca foi utilizado,*



*quarenta e oito mil e quinhentos euros na contratação por ajuste direto a uma empresa de Braga para elaboração de um projeto de adaptação do espaço arrendado no Largo Rodrigues Sampaio e quando se pensava que o esbanjamento de dinheiro ficava por aqui, eis que surge mais um ajuste direto, no valor de catorze mil, quinhentos e setenta e cinco euros para alteração do projeto de adaptação do espaço arrendado para o Centro de Negócios, ficando até à data o mesmo, por um valor total de sessenta e três mil e setenta e cinco euros. Somam-se agora os duzentos e vinte mil euros das obras de adaptação.*

*Sr. Presidente, onde e quando é que este esbanjar de dinheiro público vai parar?*

*Ora bem, o que nós temos é que, entre terrenos, projetos, estudos, rendas e obras, foram e serão ainda gastos mais de um milhão de euros no Centro de Negócios, um milhão de euros, que os munícipes e os presidentes de junta aqui presentes se lembrem deste número, um milhão de euros e tenham bem presente sempre que a Câmara Municipal justificar com a falta de disponibilidade financeira, a não atribuição de um apoio, ou a não execução de uma obra que seja necessária, ou que tenha sido prometida.*

*Só uma última questão, quando vem para conhecimento a Ata da reunião da Comissão Permanente, sobre o assunto Pedrinhas/Cedovém?"*

De seguida apresentou a recomendação que se transcreve:

**4 - RECOMENDAÇÃO À CÂMARA MUNICIPAL PARA QUE PREVEJA NA ELABORAÇÃO DOS DOCUMENTOS PROVISIONAIS PARA 2020, A DESCIDA DA TAXA MÁXIMA DE IRS NO CONCELHO DE 5% PARA 2,5% JÁ NO PRÓXIMO ANO.**

*"Ano após ano, vai subindo o número de autarquias que decidem dar um desconto no IRS aos seus munícipes.*

*Apesar de o Sr. Presidente da Câmara falar constantemente em "alívio fiscal" aos munícipes e alegar baixar mais os impostos, dando o exemplo do IMI e da Derrama (que nunca se aplicou em Esposende), a verdade é que se a autarquia quisesse baixar de facto a carga fiscal sobre os esposendenses em geral, poderia fazê-lo precisamente naquilo que é a sua participação no IRS, tal como já o fazem a grande maioria dos municípios portugueses, mesmo não tendo uma situação financeira tão favorável como Esposende tem.*

*Segundo a Autoridade Tributária, já em 2017, 114 municípios davam desconto do IRS, hoje são a sua grande maioria das autarquias que decidem aliviar a fatura dos seus moradores. Poderíamos citar vários municípios vizinhos que já tomaram esta medida de desagravamento fiscal, sendo também recentemente notícia a Câmara Municipal de Braga, que se propôs reduzir o Imposto sobre o Rendimento para 2020, abrindo assim mão da receita dos seus munícipes em cerca de 750 mil euros. É, na verdade, dinheiro que deixa de ser gasto pelo município, mas que fica na economia familiar dos seus moradores.*

*A argumentação que tem sido sistematicamente apresentada pelo Sr. Presidente da Câmara, dizendo que baixar a participação do IRS será estar a ajudar os mais ricos, é um argumento falacioso é até ridículo. Até porque nenhum imposto municipal está ou pode estar associado a critérios sócio-económicos: quando baixa, baixa para todos e quando aumenta, aumenta para todos. Por este prisma, baixar a taxa do IMI também é favorecer quem mais paga, ou seja, quem tem mais património.*

*Neste sentido, o grupo político de cidadãos, Juntos Pela Nossa Terra, com assento nesta Assembleia Municipal, recomenda à Câmara Municipal que preveja na elaboração dos*

*documentos provisionais para 2020, a descida da Taxa máxima de IRS no concelho de 5% para 2.5% já no próximo ano.”*

Intervieio de seguida o Sr. Deputado Municipal, Manuel Carvoeiro, do PCP, apresentando uma moção, seguida de uma recomendação que se transcrevem:

*“Senhor Presidente da Assembleia  
Senhor Presidente da Câmara  
Senhoras e senhores membros deputados municipais  
Público presente*

*Senhor Presidente da Assembleia, então lá podia eu ficar calado face às intervenções do Dr. Penteadado Neiva e do Dr. Tito Evangelista a propósito da desagregação das freguesias? Não, não fico! E não fico por isto, porque temos que ser rigorosos na abordagem das matérias. Tem culpa no cartório o PS, o PSD e o CDS, que votaram nesta legislatura que agora se aproxima do seu termo, votaram contra as propostas do PCP para a reversão da agregação das freguesias e isto é factual, o PS coloca cartazes e tem o direito de colocar os cartazes que entender, vivemos em democracia, por enquanto. O Dr. Neiva critica a operação cartazes do PS, mas o que é factual, é que lá em Lisboa, na Assembleia da República estes dois partidos, aliás em coerência com aquilo que sempre pensaram e defenderam, não é a defesa da desagregação das freguesias, é a manutenção da agregação das freguesias com tudo o que isto tem de negativo e as populações têm sentido isso na pele. Lá ficam calados, quedos e mudos, portanto não venham aqui, tal como fazia o Eng.º Couto dos Santos, eu não gosto de me referir a quem não está presente, mas também é factual, é político, que aqui falava alto sobre estas matérias, mas lá votava contra os interesses do concelho e mormente relativamente a esta matéria.*

*Senhor Presidente da Assembleia, questões sobre o funcionamento desta Assembleia, há muito tempo direi que praticamente em todas as sessões, reuniões da Assembleia eu abordo estas questões, a Assembleia da forma como funciona, não permite, caros colegas deputados municipais, uma efetiva fiscalização da ação deste executivo municipal e não permite porque o Regimento da Assembleia estabelece que é possível criar comissões eventuais, temáticas, nunca se criou uma comissão eventual para acompanhar os problemas do ambiente, para acompanhar por exemplo, senhora deputada Sandra Bernardino, uma matéria que aqui referiu e bem que tem a ver com estes ajustes diretos, era possível uma comissão e tinha legitimidade para funcionar acompanhando estes ajustes diretos que vão acontecendo a esmo e muitos deles de utilidade duvidosa. Mas, também dizer que é possível, é necessário que esta Assembleia pela via de comissões formadas para o efeito esteja no terreno, verifique o desenvolvimento de projetos, de obras no terreno, isso nunca, pelo menos neste mandato, nunca aconteceu e falar também das questões logísticas de funcionamento desta sala, há muito que andamos a debater este problema, nós não temos condições de funcionamento, não podemos aceder à NET, já foram prometidas melhorias nesta sala, mas elas tardam em acontecer.*

*Duas questões ao senhor Presidente da Câmara,*

*Ó senhor Presidente da Câmara, a Câmara todos nós sabemos, é quem acompanha estas coisas, que se encontra em debate público o Plano Estratégico Municipal de Educação, eu*



*pergunto ao senhor Presidente da Câmara se tendo em conta a importância desta matéria, se equaciona promover uma sessão pública para apresentação, para debate deste Plano, ou até uma reunião desta Assembleia onde este Plano possa ser apresentado aos membros desta Assembleia e aberto ao público, claro está.*

*Uma segunda questão, senhor Presidente da Câmara, perguntar-lhe se alguma vez enquanto Presidente da Câmara Municipal defendeu ou tomou posição pública no âmbito mais restrito, mas sempre institucional, a defesa da construção de um novo hospital público que sirva a população de Esposende e Barcelos, em substituição do atual hospital que há muito funciona em instalações da Santa Casa da Misericórdia de Barcelos, pergunto-lhe se alguma vez tomou posição sobre esta matéria.*

*Depois, colocar aqui outra questão ao Senhor Presidente da Câmara que tem a ver com isto: na sequência, ou por alturas da construção do passadiço de Fão, da Pousada da Juventude até o Caldeirão, foi ampliado, ou criado um canal paralelo ao caudal principal do rio que neste momento e nos meses de maior calor no verão, assume claramente ou melhor, é uma represa de águas fétidas, mal cheiroso claro e o senhor Presidente dir-me-á assim: "aquilo não tem nada a ver connosco, é da Polis litoral, do litoral Norte". Mas a Câmara andou de braço dado e fez bem, com a Polis Litoral na construção desta infraestrutura e portanto, se colheu os benefícios da inauguração e bem, também deve arcar pelo menos no plano do acompanhamento destas coisas, com o que de negativo vai surgindo. Pergunto-lhe se conhece a situação e se conhece, se alguma vez tomou alguma medida, para ver o que se está ali a passar, porque efetivamente é uma represa de lamas, pestilentas e que deixam muito mal aquele cenário com um belíssimo enquadramento paisagístico e natural.*

*Pergunto-lhe também e é muito rápida esta questão, é se confirma ou não, se conhece ou não, que na doca de pesca que estão a decorrer obras, se foram ou não colocados passadiços mesmo em cima de lamas que entretanto se vão ali acumulando naquela zona, tive notícia de que isso está a acontecer.*

*Senhor Presidente da Câmara e para terminar eu tinha aqui uma Moção e uma Recomendação à Câmara.*

*E a Moção é nestes termos:*

**5 - MOÇÃO DE DESCONTENTAMENTO FACE À CONDUTA DO EXECUTIVO MUNICIPAL RELATIVAMENTE AO ABATIMENTO DE UMA PARTE DO PISO LATERAL DO RINGUE, SITO NA URBANIZAÇÃO DO CALDEIRÃO, PEDREIRAS, FÃO.**

- 1. Em janeiro de 2015 observou-se o abatimento de uma parte do piso lateral do Ringue, sito na Urbanização do Caldeirão, Pedreiras, Fão.*
- 2. No dia 2 de fevereiro/2015, a Junta da União de Freguesias de Apúlia e Fão deu notícia à Câmara Municipal desta situação.*
- 3. Havia, então, fundadas suspeitas de que a origem do abatimento em causa resultava da existência de uma fossa desativada por baixo do piso do ringue em referência.*
- 4. Em 6 de fevereiro/2015, um trabalhador da Esposende Ambiente visitou o local e apurou que o problema nada tinha a ver com a dita fossa.*



5. No dia 16 de fevereiro/2015, a Junta de Freguesia da União de Freguesias de Apúlia e Fão recebeu uma comunicação da Câmara Municipal de Esposende, a informar que o problema tinha a ver com um passeio e, portanto, a Junta tinha de reparar o dito passeio.
6. Num mês de 2018, encontrando-se uma máquina a efetuar trabalhos naquele sítio, a Junta de Freguesia de Apúlia e Fão, solicitou ao operador da dita máquina para "esburacar" no sítio do abatimento e perceberam, então, que havia uma fossa mal compactada.
7. A Junta da União de Freguesias de Apúlia e Fão enviou, então, à Câmara fotografias e um orçamento no valor de 1750 EUR + IVA, tudo na perspetiva de que a Câmara resolvesse o problema.
8. Não recebeu qualquer resposta.
9. No dia 31 de agosto/2018, a Junta da União de Freguesias de Apúlia e Fão insistiu e da Câmara Municipal recebeu informação a comunicar que aguardavam um orçamento.
10. Nenhuma outra informação recebeu da Câmara.
11. Em 16/Fevereiro de 2019, a Junta voltou a insistir.
12. No dia 26 deste mês de setembro, trabalhadores da Câmara iniciaram as obras que foram concluídas neste dia 30 de setembro.
13. Resulta, assim, que uma obra absolutamente necessária, tanto mais que estava em causa a segurança dos utentes do mencionado ringue, demorou mais de 4 anos a ser realizada.
14. Foram mais de 4 anos para realizar uma obra pequena, sem complexidade técnica e com baixos custos associados.
15. Foram precisos mais de 4 anos para realizar uma pequena obra que, os operários da Câmara realizaram em 3 dias.
16. Para além da mais gritante e escandalosa falta de respeito pelos utentes do referido ringue, esta situação demonstra quão relapsa e laxista é este executivo municipal a resolver os pequenos, mas significativos problemas que afetam as populações.
17. E tudo acontece ao mesmo tempo que se gastam dezenas/centenas de milhares de euros smart city, em ajustes e mais ajustes diretos para a prestação de serviços tantas, tantas vezes questionáveis.

*Assim, nos termos da alínea d), n.º 1 do art.º 43º do seu Regimento, a Assembleia Municipal de Esposende, reunida no dia 30 de setembro de 2019, delibera manifestar o seu descontentamento face à conduta do Executivo Municipal acima descrita, tudo com o supremo objetivo de evitar que, doravante, situações análogas às descritas deixem de se verificar no nosso concelho."*

*E agora para terminar mesmo Senhor Presidente da Assembleia, apresento uma Recomendação:*

#### **6 - RECOMENDAÇÃO À CÂMARA MUNICIPAL PELA DEFESA DOS TRANSPORTES PÚBLICOS DE BAIXO CUSTO.**

*"1. A defesa dos transportes públicos de baixo custo, quer nas Áreas Metropolitanas quer no restante território nacional, bem assim a melhoria do Passe Social Intermodal e o alargamento da oferta dos transportes públicos, pela defesa da ferrovia, pelo combate às privatizações de empresas públicas do sector e pela exigência de investimento públicos têm constituído motivos para a ação e luta de largas camadas da população portuguesa.*



2. Neste enquadramento de ações e fruto da luta das populações e dos utentes, foi aprovado o Programa de Apoio à Redução Tarifária (PART) com uma afetação de 104 milhões de Euros no Orçamento de Estado para 2019. Este foi o passo, sem dúvida, decisivo para a concretização da substancial redução dos preços dos passes sociais.
3. Na distribuição nacional desta verba, coube ao distrito de Braga a verba de 1 630 379,84 €, sendo 97,4% assegurada pelo Fundo Ambiental e o restante pelos municípios. De acordo com a informação da CIM Cávado, Esposende beneficiou de 92 154,28 €, valor destinado, na sua totalidade, a complemento de 50% do transporte escolar no secundário.
4. Não obstante a valorização deste desconto para os estudantes do secundário, pensamos que é preciso avançar ainda mais.
5. É neste sentido que a Assembleia Municipal de Esposende, reunida no dia 30 de setembro, delibera recomendar à Câmara Municipal:
  - i. Que contemple no Orçamento do Município para 2020 receitas que permitam a redução dos encargos com os passes sociais utilizados pelos utentes residentes no município e que utilizam transportes públicos no concelho ou na ligação entre este e outros concelhos – Viana do Castelo, Barcelos, Braga, Guimarães, Famalicão, Póvoa de Varzim e Porto, etc.
  - ii Que pugne junto do Poder Central para que sejam aplicadas nas ligações inter-concelhias/inter-regionais os valores estabelecidos no PART para as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto (40,00 EUR – valores atuais). ”-----  
Tenho dito.”-----

Intervenção de seguida a Sr.ª Deputada Municipal, Tânia Mota, do CDS-PP, apresentando a declaração que se transcreve:

“Boa tarde Sr Presidente,  
Boa tarde a todos os presentes,

Por uma questão de democracia e antes que o Senhor Presidente comece a dizer que eu só podia falar 30 segundos, vou ver se não me atraso muito e se consigo concentrar todas as questões que aqui trazia para o Senhor Presidente. Não antes sem dar uma nota e, não obstante ter já falado disso aos serviços, parece-me de péssimo gosto que a quem vem trabalhar seja servida água nesses copinhos que foram servidos e eu digo isto pelo seguinte, é que fundamentalismos e coisas do PAN, espero que não cheguem aqui a esta Assembleia e para além do mais, há quem não possa beber água que não seja engarrafada. Fica, portanto, o registo feito.

Algumas das questões que vou aqui abordar hoje foram já referenciadas por outros colegas deputados nesta Assembleia. Desde logo eu fazia esta questão e falava da intervenção que está a ser feita ali na zona da restinga, eventualmente parece-nos que ela deve visar o desassoreamento do canal, para que se possa navegar e a pergunta que eu aqui deixava era mesmo essa e tendo em consideração até, aquela que foi a resposta do Senhor Presidente na anterior Assembleia, porque eu li a ata, e o Senhor Presidente a propósito das intervenções que foram sendo feitas aquilo que disse é: “bom, nunca houve obra nenhuma em que a Câmara Municipal de Esposende fosse responsável pelo menos de forma direta”. Pois é uma pena que não se tivesse eventualmente até empenhado um bocadinho mais nisso, porque esse é um problema que o concelho tem por resolver e como disse que agora estava em curso um

*projeto, ou um estudo, para ser a própria Câmara a fazer a intervenção, é esta a questão que lhe deixo: a intervenção que está no terreno visa o desassoreamento ou o que é que visa mais? Porque depois também temos a outra questão da doca, não é, que já aqui foi abordada, quanto à questão até das lamas e de facto os pescadores identificam que é um problema, porque não basta pôr aquilo bonito e que aquilo fique até muito bem. A intervenção na doca é necessária, mas é para ser feita atendendo aquilo que são as necessidades reais existentes, porque também fazer a intervenção na doca e depois entretanto termos inertes e será necessário fazer dragagem e ficar ali muito bem para depois não haver possibilidade de navegabilidade, parece-nos que o problema se mantém e a este propósito pretendia um esclarecimento.*

*Segundo assunto e a propósito dos passadiços. Senhor Presidente deixar-lhe aqui e não obstante essa questão ter sido levantada já pelo colega que esteve cá na anterior sessão da Assembleia, eu dizia-lhe o seguinte: enviei correspondência ao cuidado do senhor Presidente, a propósito do estado dos passadiços, há um cidadão que envia correspondência ao senhor Presidente, a propósito do estado dos passadiços. Pois nem o cidadão, nem a pessoa que aqui fala neste momento mereceu uma resposta do senhor Presidente, ou do seu gabinete, porque vai-me dizer assim: "eu não posso responder a centenas de e-mails", pois não, mas pode e deve dar ordens e instruções para que os e-mails sejam respondidos, nomeadamente, pelo menos para os acusar, é uma questão de boa educação até, diria, porque a resposta que foi dada é que foi encaminhada para o ICNF. Pois, mas o cidadão que levantou a questão, não sabe se foi encaminhada para o ICNF senhor Presidente e fica muito mal a este concelho não ter esse cuidado com os cidadãos que levantam questões e que estão preocupados com o concelho e que investem no concelho. E também fica muito mal que não se responda a outro cidadão que reside em Esposende e que por acaso até faz parte desta Assembleia, isso eu não poderia deixar de dizer.*

*Queria também dizer o seguinte, até porque o senhor Presidente quando respondeu a essa questão disse: "Bom, sou tudo eu, tudo eu, tudo eu e esquecem-se do ICNF". Pois muito bem, eu percebo que o ICNF possa ter responsabilidades e eventualmente até partilhadas, mas cabe ao executivo municipal fazer a pressão necessária junto das entidades competentes para resolver os problemas. E a resposta que deu aqui nesta Assembleia, senhor Presidente, não é lá muito coerente com a informação escrita que nos dá aqui no ponto 27, porque aqui no ponto 27 diz "já tem efetuado em permanência ações de manutenção para garantir as condições necessárias". Tudo bonitinho, a informação que passa para fora é tudo muito bonitinho, nós esforçamo-nos muito, nós trabalhamos muito, mas depois vem aqui dizer às pessoas presentes que a responsabilidade não é sua. A este propósito, tanto quanto sei, terá sido agora estabelecido um protocolo com o ICNF, até para regular esta situação e ver se para o ano pelo menos e de futuro as coisas correm melhor, com um eventual envelope financeiro para a Câmara poder estar até autorizada a fazer as intervenções. Pedia-lhe um esclarecimento a esse propósito.*

*Fazia-lhe uma outra questão senhor Presidente: ponto de situação da eventual segunda fase das obras no bairro social de Esposende. Queria saber qual é o ponto de situação disso e queria saber mais, e agora uma situação concreta que me foi identificada: a Câmara terá feito uma intervenção num dos blocos, ou numa das frações, uma que até estará para venda, segundo sei, segundo direito da entrada 21, e da intervenção que foi feita, resultaram danos na zona superior do prédio, nomeadamente nos telhados e estão a escorrer águas das chuvas para outras frações. Aquilo que me foi dito é que esta situação foi já identificada à Câmara e que assumiram já o compromisso de resolver, só que até este momento isso ainda não*



*aconteceu. Pois senhor Presidente estamos a entrar na fase das chuvas e era bom que, assim sendo, e se a Câmara tem essa responsabilidade e se os danos resultaram da intervenção que a Câmara fez, que a situação fosse ultrapassada. Deixava aqui esse apelo e não só apelo porque, no fundo, é quando é que se propõe resolver. É essa a questão que lhe deixo.*

*Entretanto tenho aqui outra questão que é a propósito das festas de verão. Eu vou falar também porque aqui já se falou muito de ajustes diretos e eu hoje trouxe aqui uns papéis porque tenho aqui umas dívidas. Isto é muito pouco transparente e eu gostava de alguns esclarecimentos a este propósito. Sobre as festas de verão e a propósito dos milhares de euros gastos, a minha pergunta ao executivo é a seguinte: qual é o retorno económico destes custos que são muito representativos para o Município? É que estamos a falar do dinheiro dos munícipes.*

*E depois há uma outra questão, há algum estudo sobre este assunto? Quando decidem gastar trinta e nove mil euros, ou dezanove mil e novecentos, ou dezoito mil seiscientos e cinquenta, ou em palcos dez mil e por aí adiante, podia identificar aqui todos aqueles que estão no basegov, fizeram algum estudo no sentido de apurar qual é o retorno financeiro deste tipo de eventos no concelho, ou é só o chamado café, ou gelado e no fim da festa vamos embora e deixamos o lixo no chão, senhor Presidente? A este propósito também gostava de esclarecimento.*

*Gostava também de saber qual é o ponto de situação daquilo que veio a ser exposto a esta Assembleia, nomeadamente ao executivo municipal, pelo cidadão Rui Agonia Pereira, porque até este momento, não tenho qualquer informação e gostava de saber. Bom eu espero que, a avaliar por aquilo que me aconteceu a mim e a outro cidadão que não tiveram qualquer resposta, espero que este tenha tido ou que venha a ter, e que não tenha de vir a esta Assembleia dizer que está à espera de resposta.*

*Entretanto, falando de ajustes diretos. Senhor Presidente e falando aqui de uma questão até que está no ponto dos trabalhos de hoje pois a este propósito temos aqui uma aprovação para uma alteração do mapa de pessoal, a minha pergunta é, olhando para o basegov, a prestação de serviços de assessoria técnica ao município de Esposende, 25 de setembro de 2019, Maria da Paz Alves Pereira, nove mil e seiscientos euros; prestação de serviço de assessoria na área dos transportes, dezasseis mil e oitocentos euros; prestação de serviços profissionais na área fiscal Iva, dezanove mil novecentos e noventa euros; prestação de serviços de elaboração de planos e projetos para o mercado municipal, dezanove mil euros; prestação de serviços de assessoria jurídica ao município de Esposende, dezanove mil e duzentos euros; prestação de serviços de avaliação de prédios, treze mil e duzentos euro. E depois temos por aqui adiante muitos outros que eu até me vou escusar de ler, mas a minha questão é, porquê tanta assessoria técnica, tanta assessoria jurídica, tanta consultoria? Então a Câmara não tem recursos próprios que possa utilizar? E porquê tudo por ajuste direto senhor Presidente?*

*E depois fazia-lhe outra pergunta. É que eu leio os contratos, entro no basegov, entro nos contratos e a falta de transparência é tal, que eu leio os contratos e não consigo perceber ao que se destinam. Vou-lhe dar este exemplo que eu presumo, porque vou estando atenta, que no fundo seja para esta questão das Smart City, e a propósito de Smart City eu tenho, criação de rede Loraine com instalação de gateways e terminais, ... por aí adiante, em 12 de agosto de 2019, sessenta e um mil euros; em 17 de setembro, outros sessenta e um mil euros, com a mesma entidade e depois há aqui um outro, que é de setenta e quatro mil e novecentos euros e eu pergunto, eu abro os contratos e fico sem saber ao que é que isto se destina senhor Presidente. Vai-me dizer assim: "Bom, há um caderno de encargos", pois há, isso eu percebo*



*que há, naturalmente que sim, mas se eu que até tenho conhecimentos técnico jurídicos leio os contratos e não alcanço para o que se destinam aqueles serviços e aquelas aquisições, acho que seria de bom-tom, optar-se por uma certa transparência e esclarecer-se os cidadãos. E é este o desafio e a questão que lhe levanto: este contrato que foi feito aqui, e queria esse esclarecimento, com esta zetgallery unipessoal, que até o imprimir e que diz, projeto de intervenção artística para o desenvolvimento e promoção do território, que lindo! É uma frase perfeita para não dizer nada, senhor Presidente. Quem lê diz, que maravilha e o valor são setenta e quatro mil e novecentos euros, e eu gostava de esclarecimentos relativamente a esta questão e gostava de perceber porque é que se justifica tanto o recurso ao ajuste direto, quando a lei prevê outro tipo de mecanismos muito mais transparentes para o recurso à aquisição de serviços que sejam necessários. Muito obrigada!"*-----

**INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL:** \_\_\_\_\_

Terminadas as intervenções, o senhor Presidente da Assembleia Municipal, questionou os senhores deputados municipais sobre se havia questões relativamente à informação Escrita, tendo-se inscrito para pedir esclarecimentos a senhora Deputada Municipal Tânia Mota, tendo questionado o senhor Presidente da Câmara sobre quanto custou a organização da Galaicofolia e da Festa da História, e que retorno é que resultou para o concelho.

Nesse momento o senhor Presidente da Assembleia Municipal, propôs prorrogar este período por mais trinta minutos e que a votação das moções e recomendações fosse feita no final do Período de Antes da Ordem do Dia, colocando o mesmo à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao senhor Presidente da Câmara para responder às questões dos senhores deputados municipais e para encerrar o Período de Antes da Ordem do Dia, tendo o mesmo referido:

*“Senhor Presidente,  
restante Mesa,  
Senhores Vereadores,  
Senhores Deputados,  
Público aqui presente,*

*Em relação ao dr. Tito, colocou-me aqui uma questão relacionada com o Dr. Agonia Pereira, que depois também é feita mais à frente. De fato eu tive acesso a essa carta aberta que o Dr. Rui António Ferreira de Agonia Pereira remeteu. Ela versa sobre três temáticas, mas penso que alguns dados que eu aqui tenho, e que será obviamente respondida, permitem um esclarecimento cabal sobre esta situação. Valerá a pena, como é evidente, depois de ter tomado conhecimento: uma delas tem a ver com uma questão de umas lamas, que não corresponde minimamente à verdade, uma vez que, o que acontece, é que perto da casa do dr. Agonia há um ponto de entrega de saneamento, na rede de saneamento, e é lá que os tratores com as cisternas, se me permitem, vão largar o saneamento. É um local adequado, fora da zona populacional, para entrega do saneamento na rede pública, como deve ser, devidamente autorizado. Portanto, isso não corresponde minimamente à verdade, pelo menos a*

*interpretação que o dr. Agonia fez não é a mais correta. Outra tinha a ver com a toponímia relacionada com a denominação do próprio caminho que é a Rua do Canal e é Caminho das Pedrinhas. Para nós é perfeitamente pacífico, nós não tivemos intervenção, pois são questões que a própria junta de freguesia quando quiser alterar basta fazer a proposta, é analisada pela Comissão de Toponímia e pode ser eventualmente alterada. Portanto não temos nada, nenhuma posição de princípio, para que se chame Rua do Canal ou Caminho das Pedrinhas ou Caminho de Fonte Boa, como muita gente também diz que se deveria designar. Enfim, é-nos indiferente, há uma comissão especializada que irá analisar, se houver vontade.*

*Quanto à questão da pavimentação ou não do caminho para a casa do dr. Agonia Pereira, acreditem que eu a primeira coisa que fiz foi pedir o processo de obras relacionado com a obra do dr. Agonia Pereira e por acaso fiquei um pouco triste e desiludido com o posicionamento do dr. Agonia Pereira. Tenho que o dizer e terei oportunidade de lho dizer pessoalmente, porque é bom ter memória, e o que acontece é que, por um lado no âmbito do próprio loteamento à data, há uma informação que eu diria até visionária, por parte de um homem que nós homenageámos há bem pouco tempo que é o arquiteto Bernardo Ferrão e que diz mais ou menos assim: "Parece-me inaceitável autorizar o presente talhonamento que conduzirá inevitavelmente a novas construções, quando em minha opinião a zona em questão devia ser negada toda e qualquer construção". Isto é de 1978 e perguntem-se quem é que estava no poder na altura? E o que é que fazia o dr. Agonia Pereira na altura. Também era importante saber, se por acaso ele fazia parte de algum órgão, ou não fazia, porque partido fazia, já agora.*

*Passando à frente disto, isto são dados, mas eu acho que mais delicioso que isso, é e eu vou ter que ler porque isto é tão delicioso, que tem mesmo que ser lido aqui neste local. É uma carta do dr. Agonia Pereira dirigida à Câmara em que ele no fundo manifesta o seu posicionamento relativamente a este processo. Então dizia assim, a dada altura, uma informação técnica: "Deferido o projeto, condicionado porém, à prévia pavimentação do caminho de acesso em calçada entrançada ou prestação de caução no valor de 20.000.00 escudos.", por parte do requerente. Portanto, o projeto foi aprovado, com a condição de o dr. António Agonia Pereira, à data, importa dizer, de 76, com a condição de ele pavimentar ou deixar uma caução de vinte mil escudos. Depois, a informação técnica que deu origem a isto, de um tal C. Dias, que eu não conheço, mas devia ser algum funcionário municipal com toda a certeza, diz assim: "julgo possível a construção da moradia requerida, no presente local, desde que possua área de terreno suficiente e que seja considerada a necessidade de retificação e pavimentação do caminho de acesso, aliás de acordo com o previsto no Plano de Urbanização". E depois, o dr. Agonia Pereira envia um ofício à Câmara Municipal, em maio de 1976 a dizer assim: "... no presente caso, em que sou apenas proprietário um talhão, e que por situação se encontra distante do caminho calçadado, como atrás se fez referência, não faz sentido impor a pavimentação de um troço de caminho, não só pela rigidez da exigência, mas ainda porque à priori desconhece-se o traçado mais conveniente do acesso. Julga ainda que a Câmara não dispõe presentemente de estudo pormenorizado para esse efeito. Portanto, e atendendo às circunstâncias de momento a que fiz referência, julgar dispensável a caução imposta no deferimento do meu projeto, solicitando a V/ Excia a anulação da mesma, comprometendo-me a nada exigir à Câmara no que diz respeito a acesso, sujeitando-me ao que existe, como ainda a participar na devida altura, quando num plano mais vasto a Câmara entender ser*



*necessária a sua pavimentação.” Reparem bem nisto: à data foi-lhe exigida a pavimentação, ele conseguiu a dispensa da pavimentação e da caução, comprometeu-se a pavimentar ele ou a participar, aliás pedia a não pavimentação, e se fosse pavimentada comprometia-se a participar. Portanto reparem bem, agora vem dizer que a culpa é da Câmara ao longo destes anos todos. Eu acho que há um compromisso, está assinado pelo dr. António Agonia Pereira, que é exatamente este ofício que foi remetido à Câmara. Portanto, o que eu apelo é que as pessoas antes de falarem, e em vez de andarem a fazer política, ou esquecerem-se porque pode ter sido um mero esquecimento e se for, eu também fico à espera de um pedido de desculpas do dr. António Agonia Pereira. Porque eu também não estou para aturar estas coisas todas, há que, no mínimo, consultar o próprio processo de obras e o documento que ele mesmo redigiu porque está manuscrito, é que aqui nem há dúvida, está manuscrito e assinado pelo próprio. Portanto não havia necessidade deste tipo de posicionamento, bastava ter vindo à Câmara, marcar uma reunião, mandava um técnico qualquer e ser-lhe-ia explicado, como eu acredito que os meus antecessores porventura já o tenham feito. Explicar ao dr. António Agonia Pereira que, por um lado, a casa está construída, isso sim, num local que ainda hoje é Parque Natural e Reserva Ecológica Nacional, e que, se formos ver bem as coisas, nem aconselham à pavimentação e impermeabilização de solos, como todos sabemos. No entanto, lança-se uma carta cá para fora, para enxovalhar o Presidente da Câmara e toda a equipa técnica da Câmara, como é evidente, para além do executivo, com uma falácia, uma mentira se quiserem, ainda por cima depois de haver um compromisso por parte do próprio de o fazer. Portanto, eu acho que isto deve dar a resposta cabal a tudo isso e naturalmente que a conduzirei a quem de direito, ao dr. Agonia Pereira, e, com o lamento da minha parte, não tem qualquer questão pessoal, mas sinceramente acho que não havia necessidade de passarmos todos por isto.*

*Quanto à questão dos cidadãos de Esposende e ao registo da marca. Efetivamente nós tomamos conhecimento que houve um registo da marca, ela foi registada apenas numa tipologia, isto é por tipologias, que por acaso nada tem a ver com a utilização que está a ser feita dessa marca, “Esposende privilégio da natureza”. Naturalmente que já consultamos advogados especializados nesta área. No entanto, o dr. Tito acabou por dizer que não sabe de nada, mas sabe que eles nem se importam de a transferir para a Câmara, mas eu pergunto, se não se importam de a transferir para a Câmara, porque é que a registaram? Era mais correto terem perguntado primeiro à Câmara e não a terem registado. Primeiro registaram-na e agora vão fazer o favor de ceder a marca à Câmara? Pois, é uma pergunta retórica, enfim! Nós, entretanto, registamos as outras áreas todas ligadas a esse slogan e deixámos apenas essa que tem a ver com uma organização de conferência, uma coisa assim, nem sequer é para nada daquilo que está a ser usado. Aliás tenho que o dizer aqui que há uma clara tentação dessa associação de se confundir com o município. Usa slogans muito similares aquilo que são os do município e muitas pessoas acabam por ir atrás daquilo a pensar que é o município que está por detrás e o município é claramente apartidário. Enfim, a seu tempo em termos jurídicos, há de ser devidamente analisado e perceber se estão dentro da lei ou se não estão, ou até onde é que pode ir esta confusão entre a utilização da imagem e dos slogans e de nomes e de sites por exemplo que são criados claramente para confundir os cidadãos.*

*Quanto ao opor-nos à obra do molhe, como é evidente nós não nos vamos opor a uma obra que nós queremos. Aquela obra que está a ser feita foi uma obra muito solicitada, lutamos muito por ela, a reconstrução do molhe longitudinal do Cávado. Portanto, nós em momento*

*algum nos poderíamos opo. Muito pelo contrário, lutamos muito para que ela fosse feita, porque era uma última defesa, diria eu, da própria cidade, uma vez que a restinga está como está, como todos sabem e era muito importante a reconstrução daquela estrutura. Ela está a ser feita e importa dizer que tem os pareceres do ICNF, da APA, etc, portanto tudo o que está a ser feito, está a ser feito no tempo próprio e com as autorizações devidas. Portanto se alguém tem que se preocupar com a componente ambiental somos todos, obviamente, mas há quem tenha responsabilidades diretas e sabe muito bem o que está a fazer. Aliás, nós somos muito condicionados no tempo para fazer este tipo de intervenções porque há momentos em que não é mesmo possível fazer por causa da nidificação, etc, e depois se vem o inverno, também é muito complicado fazer obras naquele local, como, ainda agora, se viu com as marés vivas o que aconteceu ao executarem a obra. Portanto, são obras muito complexas, eu sei que se tenta fazer política agora à volta disto, mas são intervenções muito delicadas e de muita responsabilidade e, como tal, são feitas quando é possível fazer.*

*Quanto à questão da EN 205 como sabem, eu já expliquei isto, não vou voltar a explicar a mesma coisa. Houve uma deliberação da Assembleia e neste momento estamos a tentar ultrapassar esse problema, mas a verdade é que nós temos uma deliberação desta Assembleia e da Câmara Municipal a não aceitar aquela estrada, portanto enquanto não resolvermos juridicamente este assunto, que está a ser tratado neste momento e com urgência e muito condicionado, é verdade, por essa intervenção em Rio Tinto, nós não poderemos fazer nada, sob pena de neste momento não termos legitimidade para o fazer.*

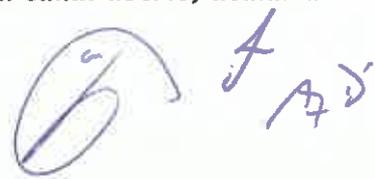
*Quanto ao desassoreamento do Cávado, quem mais tem lutado pelo desassoreamento do Cávado, por todas as obras que têm sido feitas aqui do que nós? A questão é que quem tem responsabilidades sobre esta matéria não é o município que vai promover a dragagem do Cávado que custa milhões de euros. Quem tem responsabilidades é, claramente, a tutela e quem está no Governo há quatro anos é o Partido Socialista que até nos tem ajudado nalgumas matérias, mas esta é claramente uma das que temos vindo a solicitar e não temos conseguido. Posso sempre adiantar que está neste momento em resolução o problema do litígio da restinga, com a indemnização à Polis Litoral Norte por via do que ocorreu naquela restinga que, como sabem, foi totalmente destruída, pela empresa Italiana que foi colocada em Tribunal e se prevê um acordo. Se essa verba indemnizatória vier estamos a lutar muito para que seja utilizada para a dragagem de um canal desde a doca de pesca até à barra, porque era isso que se justificaria, sendo que, mesmo assim, terá que ser feita uma intervenção na restinga, sob pena de perdermos os fundos que foram dados pelo POVT. Portanto, são questões muito complexas, mas que estão a ser devidamente acompanhadas e tratadas neste momento.*

*Quanto à questão das freguesias, eu não queria estar aqui a recorrer às tecnologias, ao meu telemóvel, mas a verdade é que se forem ver, hoje mesmo, a plataforma nacional "recuperar freguesias" publicou no sentido de condicionar ou elucidar, diria eu, os eleitores, sobre o posicionamento dos vários partidos e das várias forças políticas, relativamente à desagregação de freguesias. E aquilo que aí é dito relativamente ao partido socialista é que as medidas propostas relativamente à desagregação são mais penalizadoras do que a própria Lei de 2013. Basta consultarem isso, está lá escrito que a ser aplicado, o comentário é mesmo só este, uma pequena frase, "ainda seria mais penalizadora para as freguesias, ainda levaria à*

*agregação de mais freguesias". Isso é o que está lá escrito, se quiserem ir procurar vão aí ao facebook da plataforma nacional "recuperar freguesias" e aparece-vos essa informação que foi colocada on-lie há umas horas. Portanto, houve quatro anos para tratar o assunto. A proposta que efetivamente está a ser discutida leva a ser implementada por exemplo, é importante que se diga isto, que Rio Tinto ou S. Bartolomeu do Mar não poderiam deixar de estar agregadas, a não ser que, as freguesias maiores no caso de Fonte Boa e Belinho quisessem, porque essas teriam legitimidade para se desagregar. É importante que saibam isto e que não andem as pessoas a serem enganadas, porque é exatamente isso que se passa.*

*De resto, dr.ª Sandra Bernardino, quanto à questão do PUZIE e do PDM, é verdade que nós iniciamos a revisão do PUZIE - Plano de Urbanização. É verdade que entretanto surgiu um conjunto de circunstâncias que levaram às alterações dos instrumentos de planeamento, nomeadamente do PDM, e temos neste momento em curso uma alteração e vamos ter de seguida um processo de revisão obrigatório para implementação das medidas relacionadas com as áreas urbanizáveis que é obrigatória até 13 de julho de 2020, pese embora nós entendamos que isso não vai ser possível, e depois para verter também aquilo que é o conteúdo dos planos especiais nomeadamente do POOC e do plano especial do Parque Natural do Litoral Norte. A verdade é que enquanto esses planos não forem aprovados, porque estão ambos em revisão, pois, como sabem, o POOC ainda nem sequer foi publicado e o plano especial do Parque Natural também não e, portanto, não faz sentido iniciarmos o processo de revisão. Isso levou-nos, por um lado, a iniciar o processo de alteração para resolver estes problemas pontuais e depois, à frente, vamos ter que iniciar esse processo de revisão e aí sim, num âmbito mais alargado é que faz sentido alterar Planos de Urbanização e Planos de Pormenor, ou fazê-los depois de ter estabilizado aquilo que é o planeamento macro do concelho. Não vamos andar a mexer em coisas em que a seguir vamos mexer nos PDMs e a ter de voltar a fazer nova alteração e andamos sempre a enrolar tudo isso. De qualquer maneira importa dizer uma coisa: enquanto o plano não está em vigor usam-se as regras do PDM, pelo que não fica ao Deus dará. Como é evidente não podia ficar sem planeamento absolutamente algum, pois é exatamente assim que funciona.*

*De resto, fez um conjunto de considerações em relação às às redes de fibra ótica. A verdade é que havia três operadoras e todas queriam colocar rede de fibra ótica, mas de forma autónoma e junto da rede elétrica. Já temos a rede elétrica e depois várias operadoras queriam utilizar a rede elétrica o que não fazia qualquer sentido e ficaria um caos em termos de cabos. Assim, são várias operadoras que podem disponibilizar os seus serviços, mas a rede instalada é apenas uma. Relativamente a esta situação, havia pelo menos duas delas, eu não sei quem é que estava agregado com quem, mas penso que era a Vodafone com a Meo e a Nos sozinha, ou a Nos com a Vodafone, não sei, mas sei que a Vodafone estava agregada com uma delas, portanto havia pelo menos duas entidades a quererem. Portanto, se já é caótico, e eu sou completamente contra isso e acho ridículo o que se está a fazer, a passar cabos por tudo quanto é canto. Nunca imaginamos que fosse assim, como é evidente, mas está a ser feito em todo o lado, onde há rede aérea. Com a proposta da DST gratuita, é importante dizer, não se paga nada à DST para fazer este tipo de coisa que será criar uma linha que fica aberta para os outros operadores e qualquer pessoa pode contratualizar com quem quiser. Senão correm-se riscos: primeiro porque os operadores não levavam a todas as casas do município, levavam às zonas urbanas, onde era mais rentável, e com a DST esta compromete-se a fazer a cobertura integral do município, de todos os fogos e disponibilizar em canal aberto, deixar a*

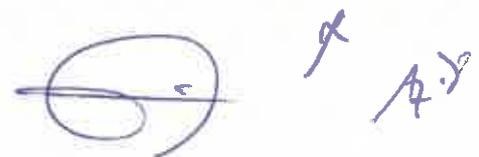


linha para que se possa contratualizar com qualquer operadora. Claro que isso é uma situação muito mais vantajosa para as pessoas e, a dada altura, impedimos essas operadoras de colocarem, de qualquer maneira, em zonas completamente caóticas. Isto até devia ser a Autoridade Nacional, que gere este tipo de coisas, a impedir este tipo de posicionamento, porque imaginem, cai um poste é um problema. Antigamente era só a rede elétrica, agora têm que ir dois ou três operadores lá para mudar um poste o que causa o problema de articulação. Mas mais: é que o que estavam a fazer nem sequer implica a remoção da outra rede antiga da PT, dos postes de madeira, ou seja, continuamos a ter aqueles, mais estes, pelo que é um absurdo e devia haver alguém que se preocupasse com isso em termos nacionais e não só locais. Mas o quer é certo é que não pagamos nada por isso. O que nós pagamos à DST tem a ver com este projeto das Smart City e o que se fala da rede é a rede Lora, que é uma espécie de rede de telemóvel mas com cobertura apenas concelhia que vai alavancar uma plataforma que depois vai receber todos os dados dos vários dispositivos que forem montados ao longo dos anos com Smart City e essa tal rede Lora, penso que também alguém falou disso, é que tem de facto esse peso, entre muitas outras coisas, mas tem que se ver os contratos, estudá-los e ver o que é que lá está. É impressionante, mas todas as questões que me colocam são sempre numa lógica de suspeição. Em vez de estudarem os dossiers, vejam o que é para fazer, acompanhem a execução e, depois, se calhar tiram metade das dúvidas da cabeça. A primeira intenção é: há um contrato, é uma falcatria! Pensei que ao fim destes anos todos de democracia já se tinha crescido um bocadinho, mas não, continua a haver sempre este posicionamento, enfim!

Vejam o que é que está a ser feito. Mais do que isso, muitas destas coisas têm por detrás candidaturas onde nós recuperamos grande parte do investimento. Esta parte ligada às artes é uma área que está incluída numa candidatura em que podemos recuperar 85%. É uma novidade que foi apresentada no âmbito das Smart City que é a inclusão da arte urbana neste conceito de Smart City com interação com as pessoas, como acontece lá em baixo com a música, com os sons que lá são colocados. Vamos ter mais dois artistas de renome internacional: um deles posso, agora afirmá-lo, é o Vhils, que é, para quem conhece um pouco destas áreas, um artista em que só uma obra dele valeria mais do que este contrato que nós temos. Essa é que é a verdade. Depois tem o Volker Schnüttgen que é um escultor Alemão que irá fazer ali uma peça. Isto é para engrandecer o município, para criar atratividade para o turismo e tudo isto pode resumir-se a pagar 15% do contrato que temos, ou seja, por uns míseros dez ou quinze mil euros que seja podemos ter três obras fundamentais, um conceito inovador de Smart City, que foi falado em todo o país, basta ler a revista Smart City, ler o jornal Expresso, com as melhores referências em relação ao nosso concelho relacionado com este projeto. Apresentam isto como se fosse uma falcatria e que somos uns atrasados, porque andamos à frente dos outros. Já agora, não há assim tantas cidades em Portugal com Smart City como foi aqui dito.

A questão dos plasmas obedeceu a uma candidatura de 85% em que só pagamos 15% disso e não tenho para mim que os senhores Presidentes de Junta desliguem os plasmas que lá têm, pois julgo que os devem ter a funcionar.

Sobre a limpeza dos espaços: quer dizer nós recebemos os imóveis do Estado completamente degradados, uma vergonha autêntica, tantas vezes eu disse aqui. Lançamos um procedimento para fazer a limpeza desses espaços, limpamos o espaço exterior, fechamos os vãos que é uma



*obrigação até de segurança e depois somos criticados aqui, quando o Estado teve aquilo ao abandono durante 20 anos. Mas enfim são as observações que vocês fazem e eu tenho que as respeitar, mas não posso concordar com elas de todo.*

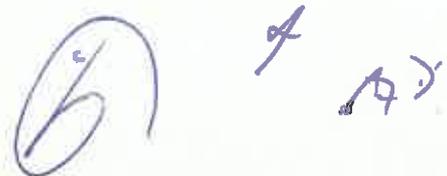
*Quanto à doca de pesca: a doca de pesca há anos que ali estava, agora toda a gente se queixa do lodo, mas a última dragagem que lá foi feita foi feita pelo Município com um custo de cerca de cem mil euros. A responsabilidade dos espaços é da Docapesca, que é do Estado, e, portanto, a preocupação devia ser aqui aprovar uma Moção, e essa eu peço ao Grupo do PSD para a votar favoravelmente, para obrigar o Estado a cumprir com as suas obrigações. Neste momento o Estado é governado pelo Partido Socialista, apoiado pelos dois partidos que nós sabemos, pelo Bloco de Esquerda e pela CDU. Isso é que devia ser feito, não é a Câmara andar a gastar o dinheiro dos munícipes para fazer uma obra que corresponde aquilo que é uma obrigação do Estado e depois vem aqui toda a gente queixar-se. Nós lutamos por uma obra fundamental, de reparação e melhoria daquelas infraestruturas que vão ficar excecionais no final da intervenção e esperamos que a Docapesca faça o mínimo que lhe é exigível que é criar as condições para os pescadores irem à pesca que é para isso que existe a doca de pesca, porque sem pescadores e sem pesca, não havia necessidade de existir sequer esse organismo nacional.*

*Quanto às questões Pedrinhas/Cedovém, eu não percebi muito bem a pergunta confesso, posso dizer é que está a ser feito um projeto para lá neste momento, com uma candidatura ao Fundo Ambiental é a única coisa que posso dizer sobre isso. Assim como está a ser feito um projeto para a zona da barra, numa candidatura ao POSEUR, no valor de cento e oitenta e oito mil euros, já agora a título de informação.*

*Do dr. Manuel Carvoeiro quanto ao Plano Estratégico ele está em discussão pública, sim, não vejo qualquer problema em que se faça uma sessão pública para se discutir este assunto. Porque não, o assunto é tão importante que merece mesmo que isso seja feito, é uma questão de falarmos com a senhora vereadora e no momento oportuno fazermos essa discussão.*

*Quanto ao hospital temos sempre alimentado a ideia de que era importante que houvesse um novo hospital, ou que se fizesse uma intervenção de fundo no hospital de Barcelos para nos servir. É a verdade, embora haja entendimentos ligados à tutela, e o senhor dr. é capaz de saber isso, que não concordam muito com este posicionamento e que acham que não deve haver hospital nenhum em Barcelos, que devemos servir-nos dos hospitais maiores, porque em termos de tempo é relativamente curto para chegar a eles. Nomeadamente ao nível do ACES posso-lhe dizer que é esse o posicionamento dominante, mas nós não concordamos e estamos ao lado de Barcelos neste caso concreto, para a construção do novo hospital, se isso for possível*

*Quanto à questão das lamas junto ao passadiço, eu não tenho conhecimento dessa situação em concreto, admito que possa ter a ver com o próprio ecossistema, nós não depositamos lá nada, não pusemos lá lamas nenhuma. Não tenho ideia que isso tenha acontecido, mas admito que quando a maré está mais em baixo possa haver, enfim, cheiros, etc, mas que resultam da qualidade das águas, pelo que, naturalmente, investigaremos essa situação. Mas não temos indicação que isso seja assim. Os passadiços em cima das lamas penso que se referia*



*exatamente aqui às plataformas que estão a ser colocadas. Já agora dizer que elas são flutuantes pelo que, naturalmente, ao colocá-las elas baixam até ao limite, até ao fundo, mas depois quando a água vem elas flutuam. Portanto, são plataformas flutuantes e naturalmente que se tiver lá o assoreamento, desde que não haja água, elas vão baixar até tocarem no solo.*

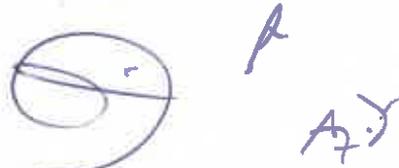
*Quase a terminar, sobre a obra de Fão, eu nem tenho que me pronunciar. No fundo é só para dizer que às vezes as coisas não são tão simples quanto isso e nós temos muitas intervenções para fazer. Fico, pelo menos, satisfeito que esteja resolvido o problema, e se se demora mais tempo ou menos tempo tem a ver com as disponibilidades, com um conjunto de circunstâncias, nós monitorizamos sempre essa situação, acompanhamo-la e, pronto, foi quando foi possível. Atenção que inicialmente a perspectiva que tínhamos não era que fosse tão simples resolver o problema, era bem mais complexo, poderia implicar a substituição integral do piso no Polidesportivo, porque ao desmontar poderia ter essa implicação. Felizmente isso não foi necessário e fico feliz, pelo menos, por vir com um assunto que já está concluído e que foi concluído hoje para bem de todos.*

*Quanto às questões da redução do tarifário vocês vão-se pronunciar sobre isso.*

*Relativamente à água dr.ª Tânia, eu admito que possa ter alguma questão até de foro pessoal ou médico que não a aconselha a beber água da companhia, embora ela tenha todas as garantias de qualidade. A água é das melhores águas do país até hoje, é mesmo assim, tem selo de qualidade, etc e há um diploma legal que impõe a não utilização de plásticos e portanto, essa redução nestes espaços, etc. Não custa nada, pelo menos eu acho que é um preciosismo claramente, mas nós colocaremos sempre uma garrafinha de água para a senhora dr.ª Tânia, se assim entender.*

*As questões do estado dos passadiços, isto é um assunto extremamente complexo e eu espero que, agora, através da cogestão, era a isso que a senhora dr.ª se referia penso eu, e com esse novo relacionamento que vamos ter com o ICNF as coisas sejam mais fáceis de resolver. Este é um diploma legal que saiu há pouco tempo que permite que nós possamos efetivamente estar ligados à gestão e por isso é que se chama cogestão do Parque Natural, e que poderá implicar inclusive que haja uma forma mais operacional e, portanto, que estas coisas deixem de estar assim ao abandono durante tantos anos, como é verdade que tem acontecido. Também é verdade que desde que a dr.ª Sandra Sarmento chegou ao ICNF, uma nova técnica, de acordo com a reorganização que foi feita, tem havido uma colaboração excelente entre a Câmara e o ICNF e, por isso, é que temos feito algumas coisas ultimamente, pelo que também temos que ser justos com quem lá está.*

*Quanto à segunda fase das obras do bairro de Esposende: eu já expliquei esse processo, eu não sei se vale a pena estar sempre a dizer a mesma coisa, pois depois acusam-me de demorar muito tempo. Nós fizemos a primeira fase, temos o projeto pronto para a segunda, estamos à espera de financiamento, foi sempre assim que foi dito. Havendo financiamento resolveríamos o problema, temos aí até uma situação inovadora para falar com os moradores dos vários bairros, em que pode haver uma possibilidade de intervenção mais singela, mas que abranja todos os bairros, mas não temos legitimidade para intervir nas frações que são particulares. Isto já foi mais do que explicado nesta Assembleia.*



*Quanto à questão do retorno dos investimentos: nós podemos obviamente fazer estudos mais aprofundados sobre isso, mas depois vocês acusam-me que tenho muitas prestações de serviços. Os estudos sobre o retorno dos investimentos torna-se complicado de fazer, mas a verdade é que o retorno é visto em termos económicos e nós temos dados sobre o crescimento económico no concelho, temos dados sobre aquilo que é o alojamento, a restauração, em que é mais do que evidente o aumento, pois basta ir aos vários espaços e perguntar aos proprietários aquilo que tem acontecido nos últimos anos. Não há dúvida nenhuma que esta dinâmica que nós implementamos em termos de eventos se tem traduzido em benefícios para toda a gente aqui no nosso concelho, disso não tenho dívidas absolutamente nenhuma, nomeadamente até em termos da própria habitação, promoção do território. Mas, sinceramente, eu penso que é inegável o retorno dos eventos que temos organizado. Eu quase sugeria que comparassem os gastos que temos em Esposende com os gastos de outros municípios e eventualmente o retorno que existe, porque o que acontece é que nós somos bastante comedidos e, mesmo assim, utilizamos muito a prata da casa. Ainda este ano, nos dias mais importantes, tivemos a Banda de Belinho, a Banda de Antas, a própria Orquestra do Atlântico, várias instituições locais a quem nós demos oportunidade, precisamente nessa lógica de baixar os custos e de dar oportunidade, aos nossos de se apresentarem perante os públicos. Acontece o mesmo no teatro e em várias áreas da cultura do nosso concelho, pois basta ver o Coro dos Idosos, o Coro dos Pequenos Cantores, o Ars Vocalis, etc. Temos trabalhado muito em termos culturais, apoiamos essas instituições e depois damos-lhes a oportunidade. Para quê? Para reduzir claramente aos custos. O mesmo se fez com esta situação do Ofir, em que se disse muita coisa, mas eu expliquei aqui que nós temos menos um concerto, são cerca de vinte e tal mil euros a menos, e apoiamos com dez mil euros uma série de concertos que ali ocorreram e, ainda por cima, esses dez mil euros foram traduzidos em bilhetes que foram cedidos aos bombeiros que os vendeu e ainda foi buscar essa receita. Portanto onde é que o município perdeu nisto tudo? Reduzimos a um evento e ninguém deu por isso, não foi tão relevante quanto isso e, apesar disso, ainda é visto como um custo excedentário.*

*Quanto às várias prestações de serviços: primeiro, a questão dos ajustes diretos. Oos ajustes diretos estão previstos na lei, são uma forma mais ágil de se conseguir contratar alguém quando há urgência em se fazer determinadas coisas, pois nós não temos obviamente recursos na Câmara Municipal para grande parte das coisas que fazemos. É assim, isso é mais do que evidente. Se eu disser que neste momento tenho uma jurista apenas na Câmara, é verdade. Só tenho uma jurista na Câmara, portanto, não pode estranhar que o município se socorra de outros juristas externos para dar apoio aquilo que é necessário.*

*Se eu preciso de uma especialidade de engenharia, eu não vou ter um engenheiro dentro da Câmara para cada especialidade, isso é impossível. A verdade é que há muitas especialidades que não são passíveis de ter técnicos dentro da estrutura da Câmara, isso é completamente impossível. Nós vamos contratar conforme precisamos: se precisamos de um técnico numa determinada área ou serviço, vamos contratar esse serviço, não vamos contratar um técnico a título definitivo na Câmara para estar o tempo todo, se for especializado em projetos de estruturas, quando não houver projetos de estruturas fica sem fazer nada. Essa não seria uma boa gestão. A questão é que, confunde-se o facto de ser um ajuste direto por ser mais simples, que todos os municípios fazem isso, como é evidente, senão não conseguiam gerir a sua casa.*

*É inacreditável o pensamento de algumas pessoas relativamente a isto. São trinta e um milhões de euros do orçamento do município: façam as contas dividido por doze meses, há uma movimentação de verbas muito grande, como é que vocês acham que se gere uma Câmara se não tivermos gente para fazer as coisas? O drama é sempre esse. É verdade que nós implementamos uma dinâmica tal que obriga a ter muita coisa na área dos projetos. Estamos sempre a avançar com projetos é verdade: estamos a avançar com o projeto da Barra, estamos a avançar com o projeto do Parque da Cidade, com o projeto da Ponte sobre o rio Cávado, com o projeto de Cedovém e Pedrinhas e por aí fora. Claro que estas coisas quem é que as vai fazer? Se nós temos os nossos técnicos concentrados a fazer os projetos mais pequenos, para as juntas de freguesia, naturalmente que precisamos de quem execute esses trabalhos.*

*De resto, perguntou quanto custou a Festa da História e da Galaicofolia. Eu não tenho aqui os dados para lhe dar neste momento, como é evidente, mas repare, são eventos que já ocorrem há bastante tempo, que são controlados no seu custo como é evidente, e que têm um enorme retorno em termos de adesão das pessoas, de promoção de território, e nem tudo se traduz diretamente pelo valor que é gasto. É preciso perceber, o próprio povo também precisa deste tipo de coisas, como é evidente, para a freguesia de Vila Chã, está ali o senhor Presidente da Junta, eu não imagino o que é que seria acabarmos com a Galaicofolia, por exemplo. Para o município de Esposende em termos de promoção também, em termos históricos, em termos de divulgação por exemplo aqui na zona da Galiza, é uma festa fundamental pelas suas características. Se a ideia é arrumar com tudo e não fazer evento nenhum, também podemos ir por aí, mas então assumam as vossas responsabilidades. Digam assim: eu se estivesse no executivo acabava com a Festa da História, acabava com a Galaicofolia, acabava com os Sons de Verão. Poupávamos muito dinheiro e não fazíamos nada e ao fim de quatro ou cinco anos íamos ver como é que estava Esposende e como é que está Esposende hoje em relação à presença das pessoas e dos visitantes e daqueles que cá estão que também merecem, como é evidente, as mesmas coisas que têm os outros municípios. Aliás uma estratégia que tem sido, como é evidente, seguida por praticamente todos os municípios em que, neste momento, o turismo tem um impacto maior sobre as populações.”----*

Pelas 20 horas e 05 minutos, terminada a intervenção do Senhor Presidente da Câmara o Presidente da Assembleia Municipal suspendeu os trabalhos por três minutos, para conferência de líderes.

Verificou-se entretanto a ausência do Deputado Municipal Losa Esteves.-----

Pelas 20 horas e 10 minutos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal retomou os trabalhos, colocando à votação os assuntos propostos no período de antes da ordem do dia os Votos, as Recomendações e a Moção.

Colocados à votação, obtiveram-se os seguintes resultados:

**1 – VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DA DR.ª PAULA CRISTINA CALAFATE LEITES.**-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR UM VOTO DE PESAR, SUBSCRITO POR TODOS OS GRUPOS POLÍTICOS, PELO FALECIMENTO DA DR.ª PAULA CRISTINA CALAFATE LEITES.-----  
MAIS DELIBEROU TRANSMITIR ESTE VOTO À DIGNÍSSIMA FAMÍLIA.-----

**2 – VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO ENG. PAULO MARIA AZEVEDO DA COSTA LEME.-----**

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR UM VOTO DE PESAR, SUBSCRITO POR TODOS OS GRUPOS POLÍTICOS, PELO FALECIMENTO DO ENG. PAULO MARIA AZEVEDO DA COSTA LEME.-----  
MAIS DELIBEROU TRANSMITIR ESTE VOTO À DIGNÍSSIMA FAMÍLIA.-----

**3 – VOTO DE LOUVOR A JONAS VILAR.-----**

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, REJEITAR O VOTO DE LOUVOR APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO DO PS, COM 16 VOTOS CONTRA DOS MEMBROS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD, DOS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E DAS UNIÕES DE FREGUESIAS, 12 VOTOS A FAVOR DOS MEMBROS DO GRUPO POLÍTICO DO PS, DO CDS-PP, DO PCP, DO JPNT E DOS PRESIDENTES DE JUNTA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE APÚLIA E FÃO, DE VILA CHÃ, DE FORJÃES E DE GEMESSES, E 1 ABSTENÇÃO DE UM MEMBRO DO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD.-----

*Pelo Grupo Político do PSD foi apresentada declaração de voto que se transcreve: "O Grupo Político do PSD nesta Assembleia Municipal estranha que o Partido Socialista venha apresentar a este órgão um Voto de Louvor ao atleta Joninhas Vilar. Isto deve-se, certamente, ao desconhecimento, ou não, do PS que em mandatos anteriores concordou que a "glorificação" dos nossos atletas se deva reservar a um momento próprio, muito digno e de grande apoteose que é a Gala do Desporto que anualmente é levada a efeito pelo Município de Esposende. Assim tem acontecido com outros grandes atletas do concelho, com feitos mundiais e nacionais e que, nessa ocasião são aplaudidos e ovacionados por uma grande plateia. De forma alguma o nosso voto contra desta proposta minimiza a admiração que temos por Joninhas Vilar e pelo seu recente título de vice-campeão do mundo de Karaté Goju-Ryu, conquistado em Kuala Lumpur. Parece-nos, isso sim, um aproveitamento político desnecessário do Partido Socialista."*-----

**4 – RECOMENDAÇÃO À CÂMARA MUNICIPAL PARA QUE PREVEJA NA ELABORAÇÃO DOS DOCUMENTOS PROVISIONAIS PARA 2020, A DESCIDA DA TAXA MÁXIMA DE IRS NO CONCELHO DE 5% PARA 2,5% JÁ NO PRÓXIMO ANO.-----**

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, REJEITAR A RECOMENDAÇÃO APRESENTADA PELO MEMBRO DO GRUPO POLÍTICO DO JPNT, COM 17 VOTOS CONTRA DOS MEMBROS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD, DOS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E DAS UNIÕES DE FREGUESIAS, 10

VOTOS A FAVOR DOS MEMBROS DO GRUPO POLÍTICO DO PS, DO CDS-PP, DO PCP, DO JPNT E DOS PRESIDENTE DA JUNTA DE GEMESES E DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE APÚLIA E FÃO, E 2 ABSTENÇÕES DOS PRESIDENTES DA JUNTA DE FORJÃES E DE VILA CHÃ.-----

**5 – MOÇÃO DE DESCONTENTAMENTO FACE À CONDUTA DO EXECUTIVO MUNICIPAL RELATIVAMENTE AO ABATIMENTO DE UMA PARTE DO PISO LATERAL DO RINGUE, SITO NA URBANIZAÇÃO DO CALDEIRÃO, PEDREIRAS, FÃO.-----**

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, REJEITAR A MOÇÃO APRESENTADA PELO MÊMORO DO PCP, COM 17 VOTOS CONTRA DOS MEMBROS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD, DOS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E DAS UNIÕES DE FREGUESIAS, 3 ABSTENÇÕES DOS PRESIDENTES DE JUNTA DA FREGUESIA DE FORJÃES, DE VILA CHÃ E DE GEMESES, E 9 VOTOS A FAVOR DOS MEMBROS DOS GRUPOS POLÍTICOS DO PS, DO JPNT, DO PCP, DO CDS-PP E DO PRESIDENTE DE JUNTA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE APÚLIA E FÃO.-----

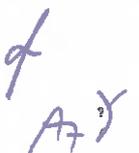
**6 – RECOMENDAÇÃO À CÂMARA MUNICIPAL PELA DEFESA DOS TRANSPORTES PÚBLICOS DE BAIXO CUSTO.-----**

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, REJEITAR A RECOMENDAÇÃO APRESENTADA PELO MEMBRO DO PCP, COM 17 VOTOS CONTRA DOS MEMBROS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD, DOS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E DAS UNIÕES DE FREGUESIAS, 3 ABSTENÇÕES DOS PRESIDENTES DE JUNTA DA FREGUESIA DE FORJÃES, DE VILA CHÃ E DE GEMESES, E 9 VOTOS A FAVOR DOS MEMBROS DOS GRUPOS POLÍTICOS DO PS, DO JPNT, DO PCP, DO CDS-PP E DO PRESIDENTE DE JUNTA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE APÚLIA E FÃO.-----

Pelo Grupo Político do PSD foi apresentada declaração de voto que se transcreve: *“O Grupo Político do PSD vota contra a Recomendação do PCP sobre a defesa dos transportes públicos de baixo custo onerando com essa medida o Orçamento Municipal. Estranhamos que o PCP venha recomendar esta matéria à Câmara Municipal de Esposende quando, integrando a geringonça governativa neste último mandato deixou que o governo beneficiasse altamente as áreas metropolitanas, com o PART e nada fizessem para que o resto do país não ficasse, unicamente, com as sobras. Seríamos solidários com uma recomendação do PCP, em tempo devido, à Assembleia da República para que os municípios fossem tratados de igual forma no PART.”*-----

Terminadas as votações o senhor Presidente da Assembleia Municipal entrou no Período da Ordem do Dia, informando nos termos regimentais o público presente que se podia inscrever para intervenção no Período de Intervenção do Público, no final da presente sessão.

**02 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** \_\_\_\_\_



**02.01 – PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE DE PEDIDOS DE ISENÇÃO E DE RATIFICAÇÃO DE TAXAS - PARA CONHECIMENTO, DE ACORDO COM O PONTO 2.3 DAS MEDIDAS PROVISÓRIAS APROVADAS NA SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015.-----**

De harmonia com o ofício nº 57/SAOA/2019, de 25 de setembro de 2019, do Presidente da Câmara Municipal, foram presentes na sessão para conhecimento, os pedidos de isenção de taxas e de ratificação de pedidos de isenção de taxas, concedidos pela Câmara Municipal, nos termos do ponto 2.3 das medidas provisórias aprovadas na sessão de 30 de novembro de 2015 da Assembleia Municipal. Ficam arquivados os originais dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.-----

Colocado o assunto à discussão, não se verificaram intervenções.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.-----

**02.02 – CONTRATOS DE INVESTIMENTO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE CONCESSÃO DE INCENTIVOS AO INVESTIMENTO - PARA CONHECIMENTO, DE ACORDO COM O ARTIGO 11º DO REGULAMENTO DE CONCESSÃO DE INCENTIVOS AO INVESTIMENTO.-----**

De harmonia com o ofício nº 58/SAOA/2019, de 25 de setembro de 2019, do Presidente da Câmara Municipal, foram presentes na sessão para conhecimento, contratos de investimento ao abrigo do regulamento de concessão de incentivos ao investimento, de acordo com o artigo 11º do regulamento de concessão de incentivos ao investimento. Ficam arquivados os originais dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.-----

Colocado o assunto à discussão, pediu a palavra o deputado municipal Manuel Carvoeiro tendo referido:

*“Sr. Presidente eu queria perguntar ao Senhor Presidente da Câmara Municipal se, no que concerne ao contrato de investimento com o CHM de Gandra, se para além deste contrato de investimento e dos incentivos aqui previstos a Câmara fez algum investimento nesta empresa, se houve máquinas da Câmara fez trabalhos no Centro Hípico do Norte, se foram feitas obras. Eu estou a dizer isto porque uma pessoa até ligada à Câmara me reportou o assunto, pediu anonimato e eu respeito e portanto, deu-me essa indicação, e eu disse que iria colocar aqui o problema e estou a colocá-lo. Para além disto houve mais alguma coisa, algum financiamento, alguma intervenção? Não tendo eu nada contra o Centro Hípico do Norte.”-----*

O Presidente da Assembleia passou de seguida a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que esclareceu nos seguintes termos:

*“Como é evidente nunca a Câmara Municipal podia andar em terrenos de particulares a fazer obras com máquinas. Isso não podia acontecer. O que aconteceu são duas coisas distintas: uma coisa são as obras que eles fizeram e que são objeto de isenção, em termos de isenção de taxas; outra coisa tem a ver com a colaboração que nós fizemos através de um protocolo para o Concurso Internacional de Saltos e aí sim, participamos, mas está devidamente protocolada a forma em que nós interagimos e resultou. Aliás, até merecia, isso sim, uma referência aqui nesta Assembleia Municipal relativa ao enorme sucesso que teve e a grande adesão por parte*

*de muita gente. Portanto, os trabalhos têm a ver com isso, em que não tem nada a ver uma coisa com a outra. Obras são obras, outra coisa tem a ver com a preparação de todo o evento e aí sim, aí tivemos essa participação, nem sei exatamente em que contexto é que foi, mas a pessoa que lá andou a trabalhar devia saber em que contexto é que o estava a fazer e não haveria necessidade de levantar essa questão. Dar nota que de facto, em termos de promoção do território foi mais um momento alto deste verão diria eu, com transmissões na RTP e depois na Sport TV com um impacto bastante interessante e acho que foi claramente uma iniciativa para se repetir.”*-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.-----

**02.03 – RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO DE INFORMAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE, RELATIVO AO 1º SEMESTRE DE 2019 – PARA CONHECIMENTO, NOS TERMOS DA ALÍNEA D) DO Nº 2 DO ARTIGO 77º DA LEI 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO, REPUBLICADA PELA LEI 51/2018, DE 16 DE AGOSTO.**-----

Foi presente na sessão, para conhecimento, Relatório do Auditor Externo de informação sobre a situação económica e financeira do Município de Esposende, relativo ao 1º semestre de 2019. Ficam arquivadas cópias dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.-----

**02.04 – APRECIÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DA VERSÃO DO REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA DE ESPOSENDE, NOS TERMOS DO Nº 1 DO ARTIGO 6º DO DECRETO-LEI Nº 32/2019, DE 04 DE MARÇO.**-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 04 de julho de 2019, foi presente na sessão para apreciação a versão do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança de Esposende. Ficam arquivados originais dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.-----

Pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve apresentação do assunto.-----

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR O REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA DE ESPOSENDE, NOS TERMOS APRESENTADOS.-----

Pelo Grupo Político do PS foi apresentada declaração de voto que se transcreve: “O Partido Socialista vota a favor do Regulamento que no fundo é uma transcrição do que está na Lei. No entanto, não deixamos de notar que este Conselho Municipal de Segurança é meramente

*virtual, nos últimos quatro anos reuniu apenas para instalação, quando o Regulamento e a própria lei diz que reúne trimestralmente. Portanto, é um Conselho Municipal de Segurança, não estamos contra o Regulamento, mas é meramente virtual porque a Câmara não o põe a funcionar.*-----

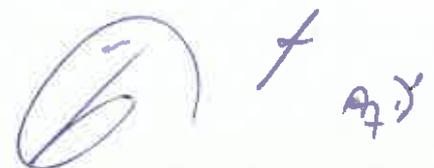
Pelo membro do Grupo Político do CDS foi apresentada declaração de voto que se transcreve: *“Voto favoravelmente e é sempre bom ler os considerandos da proposta nomeadamente que se verificou a necessidade de imprimir uma nova dinâmica ao funcionamento destes órgãos tornando-os num ator mais interventivo nas estruturas locais de segurança, através da adoção de uma nova configuração da adaptação da sua composição e da emigração de novas competências. Só que depois, fico a pensar em coerência e na relevância prática que se dá a este Conselho neste município e que com todo o respeito tem sido nula. Espera-se que o futuro traga pois novos ventos e novas estratégias e, cá estaremos atentos para recordar que o Regulamento é para cumprir e que este deve ser de facto, ser um ator interventivo e não ficar vetado ao esquecimento sem que se façam reuniões.*-----

Pelo Grupo Político do PSD foi apresentada declaração de voto que se transcreve: *“O Grupo político do PSD vota favoravelmente esta Proposta da Câmara, referente ao Regulamento do Conselho Municipal de Segurança de Esposende, porque sabe que é um órgão que reúne com frequência, estuda e analisa, com atenção, todos casos que são carreados para este Conselho. Como é fácil constatar, Esposende é um dos Municípios que apresenta um dos maiores índices de segurança e isso só é possível pela cooperação das várias entidades que integram esse mesmo Conselho Municipal de Segurança.*-----

Pelo membro do Grupo Político do PCP foi apresentada declaração de voto que se transcreve: *“A CDU vota a favor porque valoriza o Conselho Municipal de Segurança, não só agora, mas sempre valorizou e sempre nesta casa pugnou por um funcionamento regular e efetivo deste órgão consultivo do município.*-----

#### **02.05 – APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXECUÇÃO DE TAREFAS DE PROJETOS EDUCATIVOS NA ÁREA NO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE PARA O ANO DE 2019, ENTRE O MUNICÍPIO DE ESPOSENDE E A ZENDENSINO – COOPERATIVA DE ENSINO E INTERESSE PÚBLICO DE RESPONSABILIDADE LIMITADA, BEM COMO, AUTORIZAÇÃO DA OUTORGA DO MESMO PELO PRESIDENTE DA CÂMARA.**-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 04 de julho de 2019, foi presente na sessão para deliberação, proposta para a celebração de Contrato-Programa para a prestação de serviços de execução de tarefas de projetos educativos na área no Município de Esposende para o ano de 2019, entre o Município de Esposende e a Zendensino – Cooperativa de Ensino e Interesse Público de Responsabilidade Limitada, bem como, autorização da outorga do mesmo pelo Presidente da Câmara. Ficam arquivados originais dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante. -----



Pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve apresentação do assunto:-----

Colocado o assunto à discussão, pediu a palavra a deputada municipal Tânia Mota tendo referido:

*“A minha questão é muito simples e direta. Não tenho nada contra este contrato programa de contrário até, mas na proposta leio que, por força da entrada em vigor do novo regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, Lei 50/2012, de 31 de agosto, e a minha questão é, até que ponto é que esta lei é nova e se isto já não devia ter acontecido antes, cumprindo-se assim a legalidade e se o município estava antes ou não, na ilegalidade.”*-----

O Presidente da Assembleia passou de seguida a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que esclareceu nos seguintes termos:

*“É verdade que já deveria ter sido feito antes, a lei entrou em vigor e devíamos tê-lo feito antes, não foi feito estamos agora a repor a legalidade. Embora, não altere os valores, não altere o contexto, o objeto, etc, a forma é que deve efetivamente ser através de contrato-programa.”*-----

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 25 VOTOS A FAVOR DOS MEMBROS DOS GRUPOS POLÍTICOS DO PPD/PSD, DO JPNT, DO PCP, DO CDS-PP E DOS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E DAS UNIÕES DE FREGUESIAS, E 4 ABSTENÇÕES DOS MEMBROS DO GRUPO POLITICO DO PS, DOS PRESIDENTES DA JUNTA DE FREGUESIA DE GEMESES E DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE APÚLIA E FÃO, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXECUÇÃO DE TAREFAS DE PROJETOS EDUCATIVOS NA ÁREA NO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE PARA O ANO DE 2019, ENTRE O MUNICÍPIO DE ESPOSENDE E A ZENDENSINO – COOPERATIVA DE ENSINO E INTERESSE PÚBLICO DE RESPONSABILIDADE LIMITADA, BEM COMO, AUTORIZAR A OUTORGA DO MESMO PELO PRESIDENTE DA CÂMARA.-----

Pelo Grupo Político do PS foi apresentada declaração de voto que se transcreve: *“Abstemo-nos porque entendemos a necessidade da existência de um contrato-programa para estabelecer as relações entre o Município e a Zendensino, no entanto parece-nos opaca a forma como estão explicitadas uma quantidade de tarefas que lá vêm referidas e de subsídios a atribuir à Zendensino. Parece-nos mais que isto é uma forma de subsidiar algumas atividades e não propriamente estar a cumprir o objetivo enunciado no contrato-programa e como temos dívidas, abstemo-nos.”*-----

Pelo membro do Grupo Político do CDS foi apresentada declaração de voto que se transcreve: *“Voto favoravelmente, não podendo deixar de dizer que me congratulo que passados sete anos, o Município tenha reposto a legalidade.”*-----

Pelo Grupo Político do JPNT foi apresentada declaração de voto que se transcreve: *“Votamos a favor, no entanto consideramos que o apoio aos coros, sete mil e quinhentos euros a cada coro devia ser mais significativo, tanto mais, que ainda recentemente se atribuiu um apoio de doze mil e quinhentos euros a uma entidade privada para a realização de dois concertos. Estes coros são fundamentais para a valorização e afirmação da música e da cultura municipal e levam o nome de Esposende a todo o lado. Se efetivamente valorizamos aquilo que fazem temos de o demonstrar e comprovar no apoio que lhes damos, não podemos aceitar que os elementos que os compõe tenham necessidade de andar a vender capas de CD para angariar verbas para gravação de obras e apresentação dos seus trabalhos. O valor anual de apoio a cada coro é exatamente o mesmo que foi pago ao cantor do concerto de início de aulas que praticamente não teve assistências.”*-----

**02.06 – APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA DE GENERALIZAÇÃO DO FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES AOS ALUNOS DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO E DAS ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E APOIO À FAMÍLIA E SERVIÇO DE REFEIÇÕES NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE EXPANSÃO E DESENVOLVIMENTO EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR, NOS TERMOS DA ALÍNEA K) DO Nº 1 DO ARTIGO 25º DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.**-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 25 de julho de 2019, foi presente na sessão proposta para que a Assembleia Municipal aprove, ao abrigo do disposto na alínea k) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, os termos do Protocolo de Colaboração para a Implementação do Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico e das Atividades de Animação e Apoio à Família e Serviço de Refeições no Âmbito do Programa de Expansão e Desenvolvimento Educação Pré-Escolar, bem como autorize a sua outorga. Fica arquivado original da mesma junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrita.-----

Pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve apresentação do assunto.-----

Colocado o assunto à discussão, pelos deputados municipais Manuel Carvoeiro e Tito Evangelista foram colocadas algumas questões, às quais o Senhor Presidente da Câmara respondeu prontamente.-----

Colocado o assunto a votação:

**A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR OS TERMOS DO PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA DE GENERALIZAÇÃO DO FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES AOS ALUNOS DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO E DAS ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E APOIO À FAMÍLIA E SERVIÇO DE REFEIÇÕES NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE EXPANSÃO E DESENVOLVIMENTO EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR, BEM COMO AUTORIZAR A SUA OUTORGA.**-----



**02.07 – APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DA 1ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL PARA 2019, NOS TERMOS DA ALÍNEA O) DO Nº 1 DO ARTIGO 25º DA LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.**-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 12 de setembro de 2019, foi presente na sessão para aprovação, a 1ª alteração ao Mapa de Pessoal para 2019. Ficam arquivados originais dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.-----

Pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve apresentação do assunto.-----

Colocado o assunto à discussão, pelos deputados municipais Tito Evangelista, Tânia Mota e Sandra Bernardino foram colocadas algumas questões, às quais o Senhor Presidente da Câmara respondeu prontamente.-----

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 20 VOTOS A FAVOR DOS MEMBROS DOS GRUPOS POLÍTICOS DO PPD/PSD, DOS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E DAS UNIÕES DE FREGUESIAS, 7 ABSTENÇÕES DOS MEMBROS DO GRUPO POLÍTICO DO JPNT, DO CDS-PP, DO PCP E DO PRESIDENTE DE JUNTA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE APÚLIA E FÃO, E 2 VOTOS CONTRA DOS MEMBROS DO GRUPO POLÍTICO DO PS, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL PARA 2019, NOS TERMOS APRESENTADOS.-----

Pelo Grupo Político do PS foi apresentada declaração de voto que se transcreve: *“Votamos contra porque entendemos que esta proposta não se encontra minimamente fundamentada e mais nos parece que será para fazer alguma contratação de clientela política. Acrescentamos ainda que nós parece que uma Câmara que tem mais de 410 pessoas no seu universo, que dá quase todos os serviços por ajuste direto, não aproveitando os recursos endógenos que tem, nomeadamente o pessoal que tem, não tinha necessidade nenhuma de estar a alterar o mapa de pessoal nos termos que o está a fazer. Aliás, não corresponde à verdade que o município de Esposende seja o município com menos trabalhadores, nem os estudos que foram publicados são verdadeiros, porque não estão incluídos nesses estudos nem nesse rácio o número de trabalhadores das empresas municipais que são verdadeiros trabalhadores do município e que, no rácio não estão incluídos, basta fazer uma mera soma aritmética. Por isso, somos contra esta aprovação desta alteração ao mapa de pessoal, que não corresponde a uma necessidade do município, mas sim a uma necessidade de compromissos eleitorais assumidos pela atual maioria, com os seus apoiantes e abanicados.”*-----

Pelo Grupo Político do JPNT foi apresentada declaração de voto que se transcreve: *“Abstemo-nos e o vereador Rui Pereira disse e muito bem qual é o sentimento e vamos reconduzir para a declaração de voto dele na deliberação. Sabe que não faz qualquer sentido a justificação dada para esta alteração, quando estamos a escassos três meses para apresentar um novo mapa de*

*peçoal para o próximo ano. Quanto ao resto deixamos aqui reproduzido tudo quanto já foi dito pelo vereador Rui Pereira.*-----

Pelo membro do Grupo Político do CDS foi apresentada declaração de voto que se transcreve: *“Abstenho-me, desde logo porque a fundamentação acaba por não ser coerente com a posição do município de não aceitar as competências que irão ser transferidas a partir de 2021, parece-me pois precipitada a proposta, ademais questionado o município sobre eventuais custos, sobre se propunha ou ponderava depois recorrer a menos contratação externa, a resposta foi zero.”*-----

#### **02.08 – DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS E ENTIDADES INTERMUNICIPAIS, NO ÂMBITO DA LEI Nº 50/2018, DE 16 DE AGOSTO.**-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 24 de setembro de 2019, foi presente na sessão proposta no sentido da comunicação à Direção-Geral das Autarquias Locais que o Município de Esposende, não pretende assumir, relativamente ao ano de 2019, qualquer das competências transferidas pelos três últimos diplomas setoriais publicados, a saber, Decreto-Lei nº 58/2019, de 30 de abril, Decreto-Lei nº 72/2019, de 28 de maio e Decreto-Lei nº 116/2019, de 21 de agosto. Bem como, sem prejuízo da concretização definitiva das competências a transferir para as autarquias locais até 1 de janeiro de 2021, a não aceitação, para o ano de 2020, das competências enunciadas nos 18 diplomas setoriais identificados, mantendo assim e com os mesmos fundamentos, a decisão tomada relativamente ao ano de 2019, devendo desse facto ser dado conhecimento à Direção-Geral das Autarquias Locais, até 30 de setembro do presente ano. Fica arquivado original da mesma junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante.-----

Pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve apresentação do assunto.-----

Colocado o assunto a votação:

**A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL NO SENTIDO DA COMUNICAÇÃO À DIREÇÃO-GERAL DAS AUTARQUIAS LOCAIS QUE O MUNICÍPIO DE ESPOSENDE, NÃO PRETENDE ASSUMIR, RELATIVAMENTE AO ANO DE 2019, QUALQUER DAS COMPETÊNCIAS TRANSFERIDAS PELOS TRÊS ÚLTIMOS DIPLOMAS SETORIAIS PUBLICADOS, A SABER, DECRETO-LEI Nº 58/2019, DE 30 DE ABRIL, DECRETO-LEI Nº 72/2019, DE 28 DE MAIO E DECRETO-LEI Nº 116/2019, DE 21 DE AGOSTO. BEM COMO, SEM PREJUÍZO DA CONCRETIZAÇÃO DEFINITIVA DAS COMPETÊNCIAS A TRANSFERIR PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS ATÉ 1 DE JANEIRO DE 2021, A NÃO ACEITAÇÃO, PARA O ANO DE 2020, DAS COMPETÊNCIAS ENUNCIADAS NOS 18 DIPLOMAS SETORIAIS IDENTIFICADOS, MANTENDO ASSIM E COM OS MESMOS FUNDAMENTOS, A DECISÃO TOMADA RELATIVAMENTE AO ANO DE 2019, DEVENDO DESSE FACTO SER DADO CONHECIMENTO À DIREÇÃO-GERAL DAS AUTARQUIAS LOCAIS, ATÉ 30 DE SETEMBRO DO PRESENTE ANO, COM 21 VOTOS**

A FAVOR DOS MEMBROS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD, DO PCP, DO CDS-PP, DOS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA DE ANTAS, DE FORJÃES, DE VILA CHÃ E DAS UNIÕES DE FREGUESIAS DE BELINHO E MAR, DE FONTE BOA E RIO TINTO, DE ESPOSENDE, MARINHAS E GANDRA, DE PALMEIRA DE FARO E CURVOS, 5 ABSTENÇÕES DOS MEMBROS DO GRUPO POLÍTICO DO JPNT E DO PRESIDENTE DA JUNTA DE GEMESSES, E 3 VOTOS CONTRA DOS MEMBROS DO GRUPO POLÍTICO DO PS E DO PRESIDENTE DE JUNTA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE APÚLIA E FÃO.-----

Pelo Grupo Político do PS foi apresentada declaração de voto que se transcreve: *“Votamos contra pelas razões que já manifestamos em votações análogas e para as quais remetemos e acrescentamos ainda a hipocrisia desta decisão da maioria do PSD e da decisão que antecedeu este ponto. É que ao mesmo tempo que recusa receber competências, aprova uma alteração do quadro, fundamentando-a nas competências que iria receber e portanto, isso demonstra que há dois pesos e duas medidas e que é uma falácia uma votação e a outra.”-----*

Pelo Grupo Político do JPNT foi apresentada declaração de voto que se transcreve: *“Abstemo-nos, mas de facto há aqui incongruências, pelos mesmos motivos já ditos pelo dr. Tito, não faz sentido pôr à consideração da Assembleia uma alteração com a justificação da transferência das competências e agora chegar aqui e dizer que não se aceita a transferência de competências. Nós já votamos a favor da proposta de não aceitação de transferência de competências para o ano de 2019, porque entendemos os motivos, mas agora não faz sentido que, agora que já estamos a chegar a 2021, que pelo menos a Câmara não se prepare para essa chegada, com calma, com estratégia, e com visão e por isso mesmo abstemo-nos.”-----*

Pelo membro do Grupo Político do CDS foi apresentada declaração de voto que se transcreve: *“Voto favoravelmente a proposta da Câmara Municipal, aliás em linha com a forma como já votei anteriormente esta questão da transferência das competências para as autarquias e, nessa precisa medida, remeto para a nossa posição e para a nossa declaração de voto já apresentada em anteriores Assembleias: “votamos favoravelmente a proposta da Câmara por um conjunto de motivos que vou passar a esclarecer, mas desde logo, talvez pudesse resumir no seguinte, a Administração Central querera, ou diz que querera descentralizar, mas centralizando recursos, nomeadamente financeiros e os recursos humanos.*

*Não temos dúvidas de que as autarquias constituem um veículo essencial no domínio da descentralização de políticas e do desenvolvimento económico e social das populações. Essenciais na oferta de serviços públicos de qualidade aos portugueses, integrando a primeira linha e a mais próxima de apoio, em áreas tão relevantes como a saúde, a ação social, a valorização e a dignificação de equipamentos educativos e a habitação social.*

*A descentralização entendemos, é essencial para um efetivo e melhor desenvolvimento económico e social de toda a população Portuguesa.*

*No entanto, o processo de descentralização que vem sendo conduzido, tem-se traduzido numa grande confusão e assim é, porque há avanços, há recuos, há prazos sistematicamente prorrogados, há indefinições, há falta de estudos, análises e dados concretos, nomeadamente no que se refere aos meios necessários para a descentralização de competências.*

*O processo de descentralização envolve três peças fundamentais e complementares entre si e são elas, a Lei-Quadro, os Diplomas Sectoriais sendo que alguns foram já entretanto*

*aprovados e a Lei das Finanças Locais, que deviam no nosso entendimento ter sido discutidos, estudados, desenvolvidos e aprovados simultaneamente, porém, todos sabemos que não foi isso que aconteceu.*

*É fundamental que a descentralização a efetivar seja uma verdadeira descentralização do poder de decisão, e já não, e aqui até pedindo um reforço da vossa atenção, uma mera transformação dos municípios em serviços de manutenção local, ou tarefeiros como já aqui se disse, das Direções-Gerais, Institutos Públicos, enfim, no fundo, da Administração Central.*

*É também certo que, deve o Governo assegurar e garantir todos os meios técnicos, recursos humanos, financiamento, para o efetivo cumprimento das novas competências pelo Poder Local.*

*Além disso, também deve o Governo prestar todos os esclarecimentos e remeter às Autarquias e às entidades Intermunicipais, todas as informações necessárias ao exercício dessas funções e dessas competências e de facto, enquanto isto não acontecer e entendemos que não aconteceu, entendemos que de facto, a Autarquia deve rejeitar, como rejeitou, o exercício destas novas competências." Não deixo no entanto de registar essa falta de coerência porque, se por um lado rejeitamos as competências e eu estou inteiramente de acordo, tanto que votei a proposta favoravelmente, como aliás em coerência com o que fiz noutras Assembleias, mas depois, porque se pretende uma alteração do quadro, justificada ou fundamentada de que forma, bom, apenas a questão de receber novas competências e isso parece-nos de facto, que para além de ser incoerente, também é precipitado."*

**02.09 – DELIBERAÇÃO, NOS TERMOS DO Nº 3 DO ARTIGO 2º DO DECRETO-LEI Nº 57/2019, DE 30 DE ABRIL, SOBRE A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MANUTENÇÃO NA ESFERA DO MUNICÍPIO DAS COMPETÊNCIAS ELENCADAS NO Nº 1 DO ARTIGO 2º DO DECRETO-LEI Nº 57/2019, DE 30 DE ABRIL.**

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 24 de setembro de 2019, foi presente na sessão, para deliberação, nos termos e a coberto do disposto nos números 3 e 4 do artigo 2º do Decreto-Lei nº 57/2019, de 30 de abril, proposta no sentido de manter no âmbito de intervenção do Município, as competências previstas nas alíneas c) a m) do número 1 do artigo supracitado, por a sua gestão se revelar indispensável à escala municipal, assumindo uma natureza estruturante para o Município e para a execução de missões de interesse geral e comum à comunidade municipal. Ficam arquivados originais dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.

Pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve apresentação do assunto.

Colocado o assunto à discussão, pediu a palavra o Presidente da Junta da União de Freguesias de Apúlia e Fão tendo referido:

*"Muito boa noite à Assembleia,*

*Senhor Presidente,*

*Cumprimento os colegas deputados municipais,*

*Executivo da Câmara Municipal,*

*Senhor Presidente da Câmara,*

*Este assunto é um assunto que desde que apareceu nos é muito querido, no executivo da União de Freguesias de Apúlia e Fão. É querido nesta União de Freguesias e eu também esperava*

*que fosse querido nas freguesias, pelo menos das do concelho.*

*Porque na realidade se nós como juntas de freguesia, diariamente mendigamos tostões, o que aqui está plasmado neste decreto-lei 57/2019 de 30 de abril, na realidade são competências que nos podem dar alguma capacidade de decisão para o nosso dia-a-dia. Não digo para as grandes obras, pois para as grandes obras estão os municípios, digo é para aquelas pequenas obras e que sejam rápidas, porque já hoje foi falada uma obra que custava mil e setecentos euros e demorou quatro anos a ser resolvida. Na realidade eu não tinha mil e setecentos euros para resolver a obra na altura senão tinha-a resolvido e não esperava quatro anos, portanto é disto que estamos a falar. Nesse sentido, este decreto-lei na altura em que saiu, foi um decreto-lei que eu persegui e nós perseguimos no sentido de, desde logo responder e respondemos há cerca de um mês e verdade seja dita, o decreto-lei dá uma série de competências às freguesias, desde 30 de abril que as competências são nossas. Agora permite é aos municípios avocar para si algumas dessas competências, e eu estou aqui mais para esclarecer até isso, para que não se fique com a ideia que até foi um pouco a ideia com que o senhor vereador Rui Pereira, e permita-me que o foque, focou na sua declaração de voto foi que, na realidade efetivamente houve freguesias que queriam as competências e agora cederam a esta avocação da Câmara Municipal no sentido de ir ao encontro daquilo que a Câmara Municipal deseja que é as competências de c) a m) serem da responsabilidade da Câmara Municipal.*

*Na realidade, quando nós decidimos dentro da data prevista, numa Assembleia de 7 de junho, que estávamos disponíveis para receber estas competências já em 2019 e por conseguinte em 2020 e disso fizemos nota à DGAL. Portanto nós não agimos de uma forma passiva, pois mal ficou decidido na Assembleia de 7 de junho comunicamos logo à DGAL. Fizemos também a nossa comunicação devidamente valorizada daquilo que são os gastos que nós entendemos que ao assumir essas competências são os valores das mesmas e fizemos a comunicação à Câmara Municipal e entregamos por protocolo o valor dessas competências. Mas para esclarecer do que estamos a falar, o valor que a União de Freguesias de Apúlia e Fão apresentou à Câmara Municipal para cumprir essas competências, é um valor que ronda os duzentos e sessenta mil euros. Na realidade 98% desse valor estão na alínea a) e b) que são a manutenção de espaços verdes e a manutenção das vias, ou seja, a junta de freguesia de Apúlia e Fão ao decidir ir ao encontro daquilo que a Câmara Municipal quer neste momento que é avocar para si as alíneas c) a m), estamos a falar de quatro mil e novecentos euros. Na realidade se nós fizermos e tivermos o propósito de aceitar todas as competências e agora estamos de acordo com a Câmara Municipal, em que à Câmara Municipal fique com estas, estas para nós só valem quatro mil e quinhentos euros e estou é preocupado com a a) e a b) que valem duzentos e sessenta mil euros e essas queremos continuar a ter. Portanto, a Câmara Municipal nesse sentido já sabe qual é a nossa posição: são competências que nós queremos receber desde já em 2019, portanto, neste último trimestre e como disse o senhor Presidente e muito bem, também havia uma condicionante, numa determinada alínea que diz respeito às feiras que nós também fazemos questão de a manter porque na realidade já gerimos três feiras semanais que nos dão algum rendimento, gerimos minimamente bem, de uma forma razoável e portanto não queremos perder, como bem disse o senhor Presidente da Câmara, essa competência. Portanto, fica aqui um alerta para as freguesias: por favor não desperdicem aquilo que custa muitas vezes muito tempo à vossa Associação Nacional conseguir e vocês parece que às vezes dão de mão beijada aquilo que na realidade acabam por receber. Da nossa parte está aqui orientado o nosso sentido de voto. O nosso sentido de voto é no sentido de dizer sim aquilo que a Câmara quer neste momento, que não se confunda este sim com uma*

*nega à aceitação das competências, as competências que nós queremos, sobretudo a alínea a) e a b) pesam duzentos e sessenta mil euros e esses são para negociar como diz o senhor Presidente da Câmara. Tenho dito.”*-----

*Pedi a palavra o Deputado Municipal Tito Evangelista tendo referido: “O senhor Presidente da Câmara quando estava a expor a proposta tinha dito que relativamente às competências que a Junta de Freguesia de Apúlia e Fão quer manter, que é relativamente aquelas alíneas c) a m), é a alínea d) salvo erro, que tem a ver com feiras e mercados, não há problema nenhum que a junta fique com essas competências, no entanto, julgo que terá que ser reformulada a proposta no sentido em que, não seja as c) a m), mas seja c) a m) exceto Apúlia e Fão que é a c) e da e) a m), nas outras freguesias seria menos a a) e a b).”*-----

*O Senhor Presidente da Câmara esclareceu nos seguintes termos: “A questão do dr. Tito, por acaso também foi uma observação que eu fiz aquando da ida da proposta à Reunião de Câmara mas, depois estivemos a ver bem a situação e há outras freguesias que também têm feiras para gerir, sob pena de estarmos a criar um problema com outras freguesias. Isto não tem qualquer impedimento, nós podemos iniciar exatamente esse procedimento e trazer a uma próxima Assembleia a correção, ou de outras alíneas que possam vir a ser aqui integradas; não ficam impedidos, o problema é que temos outras freguesias e isso tem que ser debatido, com tempo, com as outras freguesias e não houve tempo para essa discussão mais aprofundada. Apúlia e Fão continua a gerir as feiras, pois até hoje foi sempre a junta de freguesia e vai continuar a gerir, não vai ficar impedida de o fazer, como é evidente. Mais à frente vamos ver quem são as freguesias que têm este tipo de feiras e mercados, em que é preciso explicitar bem o conceito de mercado, de que tipo de mercado é que se está a falar, porque há muitas coisas que ocorrem de forma casual e tem que se ver exatamente esse contexto. Depois de o saber exatamente, eu disse aqui, são todas para negociar, nomeadamente esta e portanto a Junta de Freguesia de Apúlia e Fão não fica impedida de continuar a gerir as suas feiras.*

*Nós já debatemos esse assunto aprofundadamente, não ficam impedidos de o fazer e na próxima Assembleia se for oportuno o assunto será devidamente encaminhado. A questão foi colocada ao setor jurídico, foi devidamente analisada e foi-me dito que não havia impedimento relativamente ao exercício das funções por parte da Junta de Freguesia, pelo não vou agora alterar a proposta, aprovada em Câmara ainda por cima, que eu não tenho legitimidade para o fazer sequer.”*-----

*Interveio o Presidente da Mesa da Assembleia tendo referido: “A minha opinião jurídica é de que não se pode alterar a proposta, até porque a proposta também se baseia em deliberações das Assembleias de Freguesia e portanto, não podemos nós aqui estar por um lado a alterar uma proposta da Câmara Municipal que assenta também nas deliberações das Assembleias de Freguesia, sendo que para isso teria que voltar ao início. E também porque não me parece difícil que, as competências como estiveram no passado delegadas, continuem delegadas.”*-----

*Pedi ainda a palavra o Deputado Municipal Manuel Carvoeiro tendo referido: “Admito que não tenha percecionado bem a intervenção do senhor Presidente da Junta de Apúlia e Fão, parece que ficou a ideia da intervenção dele que a Câmara pretende manter na esfera do*

*município as competências elencadas aqui neste diploma legal, é isso? O que eu pretendo saber é se excepcionando a a) e a b) há alguma intenção do município em manter na sua esfera as demais competências? Qual é a razão fundada para isso?"*-----

O senhor Presidente da Câmara esclareceu que era uma questão temporária, que tinha começado por dizer que era intenção da Câmara transferir as competências todas que as freguesias quisessem assumir, num determinado contexto. Mais referiu: "Se tiver atenção às competências que aqui estão vai perceber que algumas são muito difíceis de serem exercidas pelas próprias freguesias, por algumas freguesias, outras terão mais capacidade, mais trabalhadores enfim, cada uma delas tem que ser analisada com cuidado, eu não vou, não vou, mas as freguesias é que sabem, isto foi um processo pacífico, não obriguei ninguém a fazer isto, foram as Assembleias de Freguesia que decidiram, que se pronunciaram neste sentido, numa questão de cautela, sendo certo que eu disse aqui, que é intenção do município olhar para todas as competências e aquelas que forem passíveis de serem entregues às freguesias, de não serem geridas onde não haja ganhos de escala, etc, pois claro, serão exercidas pelas freguesias, portanto, estas duas como já existia contrato programa para serem exercidas pelas freguesias, estão aqui aprovadas, continuam lá porque já temos normalizado este procedimento em termos de valores, etc, As outras não, são novas, passaram para as freguesias agora, têm que ser analisadas, se for ler o diploma verificará que só nessa parte vai perceber que algumas muito dificilmente poderão ser exercidas pelas freguesias porque implicam um conjunto de recursos humanos significativo, depois com questões jurídicas para debater e um conjunto de problemas."-----

Pedi ainda a palavra a Deputada Municipal Tânia Mota tendo referido: "Eu queria colocar uma questão: aquilo que aqui se nos propõe é que nós votemos uma determinada coisa, para depois na prática se fazer outra."-----

O Presidente da Mesa da Assembleia interveio para esclarecer, nos seguintes termos: "Penso que nada disso, mas cada um votará como bem entender. A proposta é clara, votam a favor, ou contra, ou abstêm-se é um direito que lhes assiste e podem fazer as declarações de voto que bem entenderem."-----

Colocado o assunto a votação:

**A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAJORIA, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL, NOS TERMOS E A COBERTO DO DISPOSTO NOS NÚMEROS 3 E 4 DO ARTIGO 2º DO DECRETO-LEI Nº 57/2019, DE 30 DE ABRIL, NO SENTIDO DE MANTER NO ÂMBITO DE INTERVENÇÃO DO MUNICÍPIO, AS COMPETÊNCIAS PREVISTAS NAS ALÍNEAS C) A M) DO NÚMERO 1 DO ARTIGO SUPRACITADO, POR A SUA GESTÃO SE REVELAR INDISPENSÁVEL À ESCALA MUNICIPAL, ASSUMINDO UMA NATUREZA ESTRUTURANTE PARA O MUNICÍPIO E PARA A EXECUÇÃO DE MISSÕES DE INTERESSE GERAL E COMUM À COMUNIDADE MUNICIPAL, COM 20 VOTOS A FAVOR DOS MEMBROS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD E DOS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E DAS UNIÕES DE FREGUESIAS, 4 ABSTENÇÕES DOS MEMBROS DO GRUPO POLÍTICO DO JPNT E 4 VOTOS CONTRA DOS MEMBROS DO GRUPO POLÍTICO DO PS, DO**

CDS-PP E DO PCP.-----

Pelo Grupo Político do PS foi apresentada declaração de voto que se transcreve: *“Votamos contra porque entendemos que a deliberação da Assembleia da União de Freguesias de Apúlia e Fão não foi respeitada relativamente à alínea d) das competências elencadas na proposta, conforme consta do que foi deliberado e que está anexo à proposta feita pela Câmara. Também não consideramos aceitável o que foi referido pelo Senhor Presidente da Câmara, que apesar de a Câmara reservar para si as competências que neste documento já são das juntas de freguesia, no que diz respeito à alínea d) do elenco de competências, não seriam para cumprir, uma vez que a união de freguesias de Apúlia e Fão poderia continuar a gerir os mercados e feiras mesmo, com a avocação pela Câmara dessa competência. Parece-nos que isso resulta numa ilegalidade anunciada de uma gravidade absoluta e nem se pode dizer que essas competências poderão ser objeto de delegação como foi aqui referido salvo erro, pelo senhor Presidente da Mesa, porquanto me parece, não se pode delegar aquilo que não é nosso, sendo uma competência da própria junta de freguesia já, essa competência não poderá a Câmara delegar uma competência que não lhe pertence e que está apenas a retê-la, porque a competência já é uma competência própria de acordo com a lei, da junta de freguesia.”*-----

Pelo Grupo Político do JPNT foi apresentada declaração de voto que se transcreve: *“Abstemo-nos porque depois da discussão que aqui se gerou, surge-nos dúvidas se, não estará a ser cometida aqui alguma ilegalidade.”*-----

Pelo Membro do Grupo Político do PCP foi apresentada declaração de voto que se transcreve: *“Eu voto contra porque se suscitam questões jurídicas e parece estar patente uma ilegalidade, uma vez que não pode ser excecionada a alínea d), face à pretensão formulada pela União de Freguesias de Apúlia e Fão.”*-----

Pelo membro do Grupo Político do CDS foi apresentada declaração de voto que se transcreve: *“Voto contra, na medida em que, surgem questões várias nomeadamente de índole jurídica, nomeadamente da possibilidade de execução da deliberação desta Assembleia, porque me parece que de facto se propõe a esta Assembleia uma determinada coisa, mas depois na prática se pretende que se faça uma coisa diferente. Ora, sabendo-se isto de antemão, não nos parece correto nem adequado que seja feita ou apresentada uma proposta que no fundo é ilegal a esta Assembleia para ser votada e, relativamente a propostas ilegais nós votamos sempre contra, nada contra aquilo que é o posicionamento das freguesias, pelo contrário a sua vontade deve ser respeitada, agora propostas ilegais e deliberações ilegais, só podem ter um sentido de voto, contra.”*-----

#### **02.10 – APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DA ANÁLISE E PONDERAÇÃO DA DISCUSSÃO PÚBLICA, BEM COMO DA VERSÃO FINAL DA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO PDM, NOS TERMOS DA ALÍNEA G) DO Nº 1 DO ARTIGO 25º DO ANEXO I, À LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.**-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 24 de setembro de 2019, foi presente na sessão para aprovação, nos termos da alínea g) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I, à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, proposta da análise e

ponderação da Discussão Pública, bem como da versão final da alteração do Regulamento do PDM. Ficam arquivados originais dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante:-----

O Senhor Presidente da Câmara fez breve explicação da proposta:-----

Colocado o assunto à discussão, pediu a palavra o Deputado Municipal Manuel Carvoeiro, tendo o mesmo referido: *“Eu sobre esta matéria queria colocar as seguintes questões, e desde já lhe digo que reunimos mais do que uma vez, reunimos para participar no âmbito da discussão pública, sobre esta matéria. Entendemos deixar a nossa intervenção para esta Assembleia e colocar a questão no âmbito estritamente político da coisa. Agora, há aqui algumas questões que são suscitadas no âmbito da referida discussão pública, por um cidadão, que é o senhor Adelino Miranda Marques, que coloca aqui algumas questões. Ele é engenheiro civil, foi vereador desta Câmara; portanto é um homem que conhece disto, parece. Ele coloca aqui algumas questões que, atento todo este procedimento, antes da discussão pública terá contactado o senhor Presidente e terá colocado algumas questões que não foram respondidas, e vem dizer no fundo isto: é para resolver à pressa e de uma forma desorganizada e sanar irregularidades, violações do PDM em vigor. Ora, estas afirmações sem uma resposta cabal por parte deste executivo, parece que fica no ar aqui, e no plano estritamente político aqui, alguma falta de clarificação que urge fazer. Depois, nós sabemos que há alguns edifícios que foram embargados no anterior, ainda no mandato, ou nos mandatos do João Cepa, recorde-me que participamos nessa discussão, o senhor creio que era Vice-Presidente, ou era Presidente da Junta, as Assembleias realizavam-se no Salão Nobre. Por exemplo um edifício que foi erigido em Cepães em que houve uma decisão do Supremo Tribunal Administrativo, transitada em julgado, e que me parece que a decisão do Supremo Tribunal era mesmo reparar o piso e nunca essa decisão judicial terá sido executada. Depois, há um prédio ali junto à Zende, que agora está em andamento, que eu não sei, mas dir-me-á, pelos vistos estaria ilegal, embargado. Há a situação da casa na Av. Eng.º Arantes de Oliveira, que é um projeto do arquiteto Viana de Lima; geminada com uma outra casa, e pelos vistos a intervenção que foi feita rebentou completamente com a praça Viana de Lima, e portanto, a questão é esta. Se com a revisão deste Regulamento, estas situações e outras, vão passar ou não a ficar numa situação de legalidade. Mas senhor Presidente de forma muito franca, porque não queremos nenhuma resposta que depois disso se traduza num engano desta Assembleia, espero que isso não aconteça. Estas situações, algumas que vêm de trás e algumas já depois de 2015, que estão ilegais, irregulares, vão ser resolvidas? Estas irregularidades vão ser sanadas ou não? É que este senhor que me parece que percebe da coisa, porque ele é eng.º civil, foi vereador, lidou com estas coisas, eu não sou eng.º civil o que sei é do que vou lendo, nem nunca fui vereador e ainda por cima era neste pelouro das obras e por aí fora. Senhor Presidente é para o bem de alguém que gosta da intervenção política e quer obter esclarecimentos cabais sobre estas matérias, só isso.”*-----

O Senhor Presidente da Câmara interveio nos seguintes termos: *“Eu só lhe posso agradecer pela sua intervenção, sinceramente. Ainda bem que me dá a oportunidade, porque depois quando isto é feito em sede de declaração de voto diz-se o que se quer e eu não tenho hipótese de me defender, como aconteceu hoje por uma série de vezes e é lamentável até, mas é a lei e*

*temos que a cumprir. Por isso é bom que traga essas questões em tempo e que eu possa responder, para poder esclarecer e agradeço-lhe mesmo essa postura. Agradeço isso e o facto de saber distinguir aquilo que é a parte política e aquilo que é o contributo efetivo para um documento, porque há muita gente que não sabe, nomeadamente a pessoa em causa, que fez um suposto contributo para este documento, de carácter completamente político aliás, a colocar lá publicações altamente insultuosas e, portanto, ainda vou ver que tratamento é que poderemos dar a isso em termos daquilo que é dito em relação ao executivo e à minha pessoa. Portanto, agradeço-lhe sinceramente por isso. A génese de tudo isto é que as pessoas podem saber muito a respeito de uma coisa, só que têm um problema, pois têm que saber atualizar o conhecimento, têm que estar atualizados. Eu posso saber muito sobre engenharia civil, mas se tiver 5 ou 10 anos sem contacto com a área, há muita coisa que acontece, entretanto. E aquilo que o eng.º Adelino não sabe é que um procedimento desta natureza tem uma parte prévia, que é a audição prévia e a audição prévia é só para saber quem são os interessados, para dar a conhecer que se vai proceder a uma alteração do PDM. Nesse momento não há qualquer proposta, é apenas dizer assim, nós pretendemos fazer uma alteração do PDM por causa disto, ou daquilo, porque encontramos incongruências, etc. Nesse momento, o eng.º Adelino Marques, que não terá este conhecimento de como as coisas funcionam, veio solicitar à Câmara Municipal que lhe facultasse a proposta de alteração ao PDM. Mas claro que nesta fase as não a tínhamos, nem era para a termos. Esse momento não era o momento para a ter e por isso disse a Deus e a todo o mundo, que nós lhe negamos o acesso a esse documento, quando ele não existia e não era suposto existir. Passaram os dez dias, que são os dez dias que falamos, e depois desses dez dias preparamos, aí sim, uma proposta que iríamos apresentar com as alterações. Sujeitámo-la à Comissão de Coordenação para parecer prévio e depois agendamos a proposta à Câmara para discussão pública. A partir desse dia é publicado e está acessível a toda a gente e aí sim o eng.º Adelino, como todos os cidadãos que quiserem, têm acesso à proposta e podem-se pronunciar: Neste espaço de tempo foram ditas as coisas mais incríveis, que nós estávamos a esconder documentos, etc. enfim tem a ver com uma falta de conhecimento e eu, não me quero pronunciar-me sobre pessoas que não estão aqui, mas foi-me perguntado e foi citado o nome dele, e eu tenho que dizer o que se passou. É de lamentar. Não custava nada perguntarem com educação, e teríamos dito claramente como era que as coisas funcionavam. Ou apenas consultar a lei atual e era fácil saber isso. Aliás é feito em todos os regulamentos, em que, desde que tenham eficácia externa, é obrigatório passar por esta fase inicial e no passado não era assim. Isto gerou um equívoco muito grande, uma ira muito grande por parte deste senhor, eventualmente junta com outras coisas admito, mas que não tinham nada a ver com a realidade e quanto a isso estamos conversados. O procedimento foi tudo feito nos termos da lei. Houve esse procedimento, preparamos a proposta, afinamos a proposta, temos o parecer da Comissão de Coordenação, colocámo-la em discussão pública, ficamos a aguardar pelos contributos, os que vieram foram considerados ou não, de acordo com aquilo que tinham e no caso concreto nenhum deles reportava diretamente ao que estava em causa. Não houve nenhuma proposta concreta para alterar um determinado artigo de uma forma ou de outra. Os contributos foram ponderados, levou-se a proposta à Câmara, foi aprovada e vem aqui à Assembleia para ser aprovada ou não e para, se for aprovada, ser publicada em Diário da República. É tão simples quanto isso: um processo tranquilo, pacífico que só, por algumas pessoas enfim, por questões particulares, por questões de natureza política, quiseram enxovalhar todo este processo e transmitir uma ideia completamente errada para fora. Não deixa de ser de lamentar que se junte a um documento desta importância, eu*



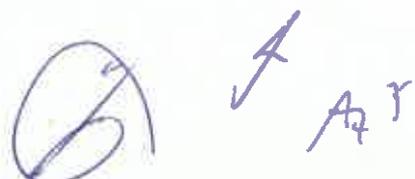
*sinto-me envergonhado de ter este documento de carácter público, com aquilo que foi aqui colocado que eram coisas de carácter particular, em facebooks com insultos inacreditáveis, de gente que, enfim, de pessoas que, são cidadãos têm direito à sua opinião, mas que deviam ter algum cuidado com aquilo que dizem, porque não estamos aqui também para ser insultados por tudo e por nada e sem razão. E isto constar de um documento destes, quando não devia constar de um documento destes. Eram contributos efetivos para melhorar o documento que eram precisos, e muito bem sr. dr. Carvoeiro, é aqui, eventualmente aqui, na praça pública também, mas no sítio certo e no local certo e é tudo legítimo. Nos jornais, no facebook, quem quiser pode criticar-me pois a mim não me incomoda nada, já este tipo de participação parece-me lamentável.*

*Quanto às questões que colocou, a abrangência desta alteração nada tem a ver com esses processos. Todos esses processos do passado, para que fique bem claro, já estavam sanados há muito tempo com as decisões em tribunal, que foram imensos processos em tribunal, em que tudo ficou resolvido e as questões que havia ainda a ponderar acabaram por ser resolvidas com a publicação do PDM de 18 de setembro de 2015. Portanto, já agora uma nota, muito se falou sobre aquele prédio da Zende: aquele prédio nunca esteve ilegal, sempre foi permitido 5 pisos ali, eu não sei porque é que as pessoas meteram isso na cabeça, sempre foi permitido. O que acontece é uma coisa muito simples e eu vou passar a exemplificar: há um índice volumétrico e há índices de implantação e índices de construção e por aí fora, o volume, imaginem que é o volume deste telemóvel, se eu puser assim, o volume continua a ser o mesmo, se o puser assim o volume é o mesmo e assim também é o mesmo. Eram permitidos 5 pisos, a pessoa que estava a construir aquele prédio, ou melhor se consumirem o seu índice alargando a base, não podem construir 5 pisos, tem que ir até ao limite, naquele caso a base era mais pequena e podia atingir os 5 pisos. Todos os prédios naquela zona podem ter 5 pisos e não é de agora, já podiam no passado. Portanto isso foi uma falácia. Se depois houve questões de se pagaram licenças ou não pagaram, de embargos, isso eu não sei mas, nunca teve a ver, aliás por isso é que o prédio agora está aí, está a andar felizmente que alguém pegou naquilo, nem é gente de cá e estão a desenvolver o projeto e a acabá-lo que era uma vergonha para nós. Mas não, criou-se uma ideia, divulgou-se por todo o lado e aquele prédio nunca esteve ilegal desse ponto de vista, foi sempre sanável, só que a empresa infelizmente faliu e acabou por ficar assim. E depois como o prédio estava entregue aos bancos, aconteceu aquilo que aconteceu com muitos, isto é a realidade dr. Carvoeiro, por mais que se tenha dito aí fora e se quiser isso por escrito tenho todo o gosto em lhe mostrar. Quanto a outros processos, a moradia na Av. Eng.º Arantes de Oliveira, esta alteração em nada afeta a situação da moradia, não tem nada a ver uma coisa com a outra. O Eng.º Adelino Marques tem uma moradia pegada a essa moradia que estamos a falar, geminada, a alteração que foi feita não tem nenhum regime de proteção, não existem regras de proteção. Portanto, não foi nada violado, a volumetria é praticamente idêntica à anterior, não tem nada a ver com essa circunstância. É um arquiteto que merece o maior respeito. Entretanto há um processo em tribunal e vai-se saber claro a solução. Até lá o meu nome tem andado na lama, mas pronto paciência, há de haver o dia em que haverá uma decisão do tribunal relativamente a isto. Portanto, nem sequer é um problema para esta Assembleia, mas o eng.º Adelino encarregou-se de enviar para o tribunal, eu já fui lá prestar declarações, já foram os técnicos da Câmara, mais um conjunto de cidadãos também que foram envolvidos no processo, curiosamente ainda não tinha sido envolvido o autor do projeto, o que não deixa de ser curioso, quando o autor do projeto assume com os seus termos de responsabilidade o cumprimento efetivo da lei. Esse*

*também nunca tinha sido porque não interessava, mas agora sim, agora estará também envolvido no processo. Portanto, é uma situação que eu diria que é normal no âmbito da gestão urbanística, nós não temos que agradar às pessoas, temos é que ir pelo cumprimento da lei e não se a pessoa quer ou não quer que se faça. Só para dizer que a alteração nada tem a ver com esta situação, não mexe em nada naquilo que é a circunstância do licenciamento, pois o licenciamento foi feito na lei, nos termos da lei e naturalmente que será concluído se há outras questões de obra, isso não sei, isso tem a ver com a fiscalização. Em relação ao projeto ele foi aprovado nos termos da lei, com informações técnicas todas favoráveis por parte dos técnicos. Posso-lhe dizer que já entraram mais de cem requerimentos por parte do eng.º Adelino por causa deste processo na Câmara, cento e muitos, é um massacre autêntico para os serviços, os próprios serviços sentem-se completamente constrangidos a responder a isto, já não sabem o que dizer. De tal modo que já houve um recurso do eng.º Adelino para a Câmara Municipal, em que não demos provimento a esse recurso porque não fazia qualquer sentido, e como insistia sempre na mesma coisa e, só para que fique bem claro, dados os insultos constantes feitos aos técnicos da Câmara, ao executivo e à minha pessoa, resolvemos avançar para tribunal para clarificar esta situação. Porque também não estamos aqui para ser bombos da festa, nós não insultamos ninguém, cumprimos a lei, e se as pessoas não têm respeito por nós e pela Câmara e pela Assembleia diria eu, então trata-se o assunto noutra sede. Quanto ao processo em questão ele vai ser discutido em tribunal e há de ter as suas conclusões e depois nós vamos ver se a linguagem constante de difamação que é tida nos requerimentos, que está escrita e documentada, se é adequada ou não também aquilo que é o posicionamento de um cidadão de bem. Obrigado.”*

Pediu a palavra a Deputada Municipal Tânia Mota, tendo a mesma referido: “*Eu tinha uma questão muito breve pegando aliás naquelas que foram as palavras do senhor Presidente da Câmara, que terminou a sua exposição dizendo “com isto pretendemos resolver os problemas aqueles cidadãos que têm problemas para resolver” a minha pergunta é, quem são esses cidadãos já que se refere a eles e quais são as situações concretas.*”

O senhor Presidente da Câmara respondeu nos seguintes termos: “*Os cidadãos é em sentido lato, há um conjunto de processos, umas dezenas de processos que têm problemas por exemplo, relativamente a esta questão da fachada. Estão aqui alguns técnicos dessa área que têm passado por esses processos a título de exemplo. Portanto, quando eu digo cidadãos e nem que fosse para um, uma injustiça eu tinha obrigação de o fazer na mesma, pode ser visto na perspectiva do favorecimento, mas se é uma situação injusta, nem que fosse para uma pessoa identificada, podia ser para si, para um qualquer, não tem qualquer problema, a questão é: é legal? Não é legal? Eu deixei colocar mais um piso nos prédios, ou deixamos construir mais? Não é nada disso que está em causa, é repor uma situação de injustiça na maior parte deles, que ocorreu numa elaboração de um regulamento que tem os seus problemas, como já teve o anterior e como têm todos. Eu por acaso tive o cuidado de ir ver todos os municípios envolventes, Viana do Castelo, Barcelos, Póvoa, todos recorreram já à forma de alteração. Eu não quero acreditar que os meus colegas, e até de partidos diferentes diga-se, tiveram na cabeça deles que estavam a favorecer alguém? É claro que não, estamos a lidar com um regulamento. Nós não alteramos regulamentos de outras áreas a cada passo? Porque é que não podíamos alterar um regulamento destes? Portanto a questão é vista assim, mas se houvesse uma questão concreta e há várias situações concretas, eu posso dizer que temos*

Handwritten signature and initials in blue ink, including a large stylized 'B' and the initials 'A7 Y'.

vários processos para entrarem na Câmara que estão à espera das alterações, porque era uma situação de injustiça relativamente ao passado. Isto não tem mal nenhum, muito pelo contrario, estou ansioso que isso aconteça para se construírem mais edificios, mais prédios, para fazermos mais ligações de água, mais ligações de saneamento, cobrarmos o IMI correspondente, aumentarmos a população no concelho de Esposende que neste momento começa a ser difícil encontrar aqui frações para habitação. Não tem nada de problemático isso, é só isso. É uma alteração do PDM. Aliás é curioso que o próprio processo de revisão, esse sim longo e que envolveu alteração de plantas, parece que teve menos impacto e foi mais bem aceite do que propriamente uma mera alteração de meia dúzia de artigos.”-----

Pediu a palavra o Deputado Municipal Tito Evangelista, tendo o mesmo referido: “ Eu gostava de saber senhor Presidente se com esta alteração situações concretas que já foram abordadas nesta Assembleia, relativamente a prédios com problemas, como por exemplo uma construção na estrada Real em Mar, ao lado da casa do Dr. Sampaio Azevedo, como por exemplo um prédio em Cepães que está alegadamente embargado, se com esta alteração vai ser possível levantar o embargo ou não desse prédio”-----

O senhor Presidente da Câmara voltou a respondeu nos seguintes termos: “Do que eu sei o processo da estrada Real em Mar foi aprovado e estará para ser construído. Do que eu sei até penso que houve uma ação qualquer em tribunal, ou assim uma coisa, mas foi ultrapassado e visto pelo tribunal até houve uma decisão favorável à Câmara, depois de uma situação até bastante constrangedora aqui e eu trouxe o processo para explicar e foi dada razão à Câmara. Quanto ao prédio de Cepães eu espero que sim, é uma das situações em que o promotor teve que fazer infraestruturas, exatamente na circunstância do espaço urbanizável e do espaço urbanizado. Mas vê lá algum piso a mais, é isso, relativamente aos outros edificios que estão em Cepães? Então porque é que acha que é uma coisa estranha, a circunstância ocorreu ali, como ocorrerá noutros lados.

A verdade é que as pessoas não estão a fazer nada de mal. Eu acho é que também devia haver algum pejo por parte dos cidadãos que têm responsabilidade nesta Assembleia e lá fora, de andar a difamar as pessoas e as empresas. A questão é esta, quantos embargos é que nos temos aí de anexos de moradias por todo o concelho? Agora vamos andar a divulgar publicamente que o Zé, o Manel, o Joaquim, embargaram-lhe o anexo, ou o galinheiro, o que seja e acontecem centenas por ano, se forem ver os embargos que a gente faz infelizmente, que tentamos sempre sensibilizar as pessoas. Aqui a questão é criar um facto político. Não tem nada de anormal. Já disse que houve uma alteração anterior, em 2015, que veio causar esse tipo de problemas e que nós entendemos que é uma injustiça para os promotores porque estava a criar uma desigualdade relativamente aquilo que sempre foi permitido até aquela data. Não é permitido nem um metro quadrado a mais, não tem nada a ver, para que fique bem claro. Criou-se este facto político para criar aqui uma nebulosidade, que é assim que se trabalha, mas eu nem vou pronunciar-me mais sobre isso.”-----

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 19 VOTOS A FAVOR DOS MEMBRÓS DOS GRUPOS POLÍTICOS DO PPD/PSD, DOS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E DAS UNIÕES DE FREGUESIAS, 6 ABSTENÇÕES DOS

**MEMBROS DO GRUPO POLÍTICO DO JPNT, DO CDS-PP, E DO PRESIDENTE DE JUNTA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE APÚLIA E FÃO, E 3 VOTOS CONTRA DOS MEMBROS DO GRUPO POLÍTICO DO PS E DO PCP, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO PDM, NOS TERMOS APRESENTADOS.**-----

Pelo Grupo Político do PS foi apresentada declaração de voto que se transcreve: *“Votamos contra porque tal como já afirmamos anteriormente esta alteração ao PDM destina-se a resolver problemas concretos relativamente a obras efetuadas contra a lei em vigor à data, algumas das quais embargadas, como foi o caso de um prédio em Cepães que o senhor Presidente da Câmara agora acabou de reconhecer que a alteração ao PDM se destina também, a ultrapassar o problema dessa obra e por isso, conforme nós dissemos anteriormente, é uma alteração feita, “fato à medida” para resolver problemas concretos e resolver uma série de compromissos que esta maioria tem com pessoas que lhes são mais ou menos simpáticas.*”-----

Pelo membro do Grupo Político do JPNT foi apresentada declaração de voto que se transcreve: *“A Câmara Municipal devia estar a trabalhar de forma afinçada e empenhada num documento que responde às necessidades de organização do território, o PDM deve ser um documento estratégico e estruturante, ponto final parágrafo. A única coisa que esperamos é que esta alteração ao regulamento não sirva para sanar irregularidades, infrações e violações ao PDM em vigor, porque não há nada de mais grave e injusto, para não dizer imoral, do que tornãr legal aquilo que foi construído na base da ilegalidade e contrariando o regulamento em vigor.*”-----

#### **02.11 – ELEIÇÃO DE 2 PRESIDENTES DE JUNTA (EFETIVO E SUBSTITUTO) PARA REPRESENTAÇÃO DAS FREGUESIAS DO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE, NO XXIV CONGRESSO NACIONAL DA ANMP.**-----

Foi presente na sessão, nos termos do nº 2 do artigo 6º dos Estatutos da ANMP, ofício para que a Assembleia Municipal proceda à eleição dos referidos presidentes de junta de freguesia (efetivo e substituto) tendo em vista a representação das freguesias do município de Esposende no XXIV Congresso da ANMP, que se fará por eleição nominal e escrutínio secreto, através de apresentação de listas:

Foi apresentada uma proposta pelo Grupo Político do PPD-PSD, designada pela proposta “A”, de acordo com a qual se pretende designar para representação das Freguesias do Município de Esposende, no XXIV Congresso Nacional da ANMP, os Senhores Presidentes de Junta Aurélio Mariz Neiva (efetivo) e Mário Ferreira Fernandes (substituto) e outra pelo Grupo Político do PS, designada pela proposta “B”, de acordo com a qual se pretende designar para representação das Freguesias do Município de Esposende, no XXIV Congresso Nacional da ANMP, os Senhores Presidentes de Junta da UF de Apúlia e Fão (efetivo) e da Freguesia de Gemeses (substituto).-----

**A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, CORRIDO ESCRUTÍNIO SECRETO, POR MAIORIA DOS PRESENTES, APROVAR A PROPOSTA “A” APRESENTADA PELO**

GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD, COM 18 VOTOS A FAVOR, 1 VOTO BRANCO E 1 ABSTENÇÃO, E DESIGNAR PARA REPRESENTAÇÃO DAS FREGUESIAS DO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE, NO XXIV CONGRESSO NACIONAL DA ANMP, OS SENHORES PRESIDENTES DE JUNTA AURÉLIO MARIZ NEIVA (EFETIVO) E MÁRIO FERREIRA FERNANDES (SUBSTITUTO).-----

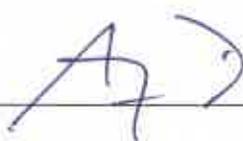
**03 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.**-----

De acordo com o número um do artigo quadragésimo primeiro do Regimento em vigor, o Presidente da Mesa declarou aberto o período de intervenção do público, não se tendo verificado inscrições.-----

---Pelo Presidente da Mesa foi proposto que a ata da presente reunião, fosse aprovada em minuta, para efeitos imediatos, pelo que, nada mais havendo a tratar, foi a mesma minuta elaborada e, depois de lida, foi submetida à aprovação da Assembleia Municipal, sendo aprovada por unanimidade, para efeitos de execução imediata das deliberações tomadas.-----

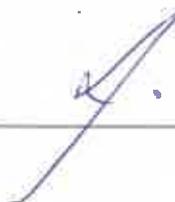
---Sendo 22 horas e 10 minutos, pelo Presidente da Mesa foi declarada encerrada a presente sessão.-----

O Presidente da Assembleia,



---

O Primeiro Secretário,



---

A Segunda Secretária,



---